

I - INTRODUÇÃO

Com vista a uma análise da situação económica e financeira do Município de Valpaços, foi elaborado este relatório reportado a 31 de dezembro de 2013, sobre os seus aspectos orçamentais e patrimoniais.

O presente Relatório espelha assim a execução do Orçamento do Município de Valpaços no ano 2013, tendo sido elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, cumprindo o preceituado no POCAL, e apresenta em documento autónomo os mapas de prestação de contas.

Os procedimentos inerentes aos registos contabilísticos relativos à gestão económico-financeira da administração local estão devidamente previstos em dispositivos legais, obedecendo qualquer ato de gestão da atividade financeira das autarquias locais a determinadas normas e princípios, constantes do nosso enquadramento jurídico.

Na execução do orçamento do ano financeiro de 2013, foram cumpridos os princípios contabilísticos da continuidade, consistência, da entidade contabilística, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e o da não compensação.

Refira-se desde já, que na contabilização das despesas e das receitas, sob o ponto de vista orçamental e patrimonial, foram utilizadas as classes 0 a 8, previstas no ponto 10.3 do POCAL, a saber:

Tipo	Classe
Contas de controlo orçamental e de ordem	Classe 0 - Controlo orçamental e de ordem
Contas patrimoniais	Classe 1 - Disponibilidades
	Classe 2 - Terceiros
	Classe 3 - Existências
	Classe 4 - Imobilizado
	Classe 5 - Fundo patrimonial
Contas de gestão	Classe 6 - Custos e perdas
	Classe 7 - Proveitos e ganhos
Contas de resultados	Classe 8 - Resultados

NOTA: Os valores unitários constantes nos mapas e quadros estão expressos em unidades de euros.

II - Execução do Orçamento

2.1 - Comparação entre o Orçamento Inicial e o Orçamento Executado

Com base no princípio da utilização racional das dotações aprovadas, disponibilizamos nos quadros abaixo informação que possibilita avaliar a análise da economia, eficiência e eficácia das despesas autárquicas.

O orçamento do Município de Valpaços apresenta a previsão das receitas, bem como das despesas, desagregado segundo a classificação económica legalmente aprovada e tem um carácter anual.

Procura-se neste ponto explicitar e comparar a execução do orçamento, valores inicialmente propostos com valores efetivamente executados, analisados os correspondentes desvios.

Esta comparação permite aferir a fiabilidade do orçamento apresentado e a capacidade financeira da sua execução face ao volume de receitas arrecadadas e despesas pagas.

Propôs-se o município para o período de 2013, arrecadar e pagar as verbas abaixo indicadas.

Quadro I

Dotações Iniciais do ano 2013			
Unid: Euros			
Receita		Despesa	
Corrente	11.689.250,00	Corrente	10.518.554,00
Capital	10.007.850,00	Capital	11.178.546,00
Total...	21.697.100,00	Total...	21.697.100,00

Durante este capítulo analisaremos as verbas que inicialmente foram propostas, com as que efetivamente foram arrecadadas e pagas. Faremos igualmente comparações com os anos transatos por forma a aferir a evolução das receitas e despesas municipais.

Conforme se pode verificar no quadro abaixo, o Orçamento Inicial 21.697.100 euros (25.679.159 euros em 2012) e Final

Município de Valpaços
Relatório e contas - Ano 2013

21.941.806,14 euros (25.758.479,50 euros em 2012) apresentam valores totais distintos.

Ao longo da gerência, o orçamento foi objeto de um reforço fruto da integração do saldo da gerência anterior no valor de 244.706,14 euros (79.320,50 euros em 2012).

Quadro II

Execução do Orçamento - Ano 2013

Unid: Euros

Designação	Orçamento		Receita bruta (c)	Desvio (c) - (b)	Taxa de Execução (%)
	Inicial (a)	Final (b)			
Receitas					
Correntes	11.689.250,00	12.649.250,00	13.010.499,90	361.249,90	102,86
Capital	10.007.850,00	9.047.850,00	5.643.988,90	-3.403.861,10	62,38
Outras Receitas - Reposições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo da Gerência anterior	0,00	244.706,14	0,00	0,00	0,00
Despesas					
Correntes	10.518.554,00	12.543.326,22	10.705.100,05	-1.838.226,17	85,34
Capital	11.178.546,00	9.398.479,92	7.359.100,44	-2.039.379,48	78,30

As variações do quadro revelam, em termos absolutos, uma taxa de execução da receita de 84,92% (67,5 % em 2012), a qual, em termos percentuais, é aproximada à taxa de execução da despesa no valor de 82,33% (66,89 % em 2012). Estes rácios traduzem a capacidade de realização das receitas e das despesas programadas, dado que a taxa referente à realização das despesas é calculada com base nos valores efetivamente pagos (execução financeira) e da receita a verdadeiramente arrecadada (Receita cobrada líquida).

Para os resultados de execução orçamental apresentados contribuíram maioritariamente as receitas correntes, que atingiram 102,69% (86,88% em 2012), conseguindo assim financiar as despesas correntes na sua totalidade e libertando poupança corrente no valor de 2.305.399,85 euros (1.172.888,44 euros em 2012), para financiar despesas de capital. Conseguiu-se financiar 31,33% (14% em 2012) das despesas de capital recorrendo-se a fluxos correntes.

Anote-se que a pretensão inicial de poupança corrente era de 1.170.696 euros (9.171 euros em 2012), ultrapassando-se o valor inicialmente proposto.

Quadro III

Evolução do orçamento e respetiva execução (2011-2013)

Unid: Euros

	Receitas			Despesas		
	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Orçamento inicial	29.159.259,00	25.679.159,00	21.697.100,00	29.159.259,00	25.679.159,00	21.697.100,00
Orçamento final	29.906.667,15	25.758.479,50	21.941.806,14	29.906.667,15	25.758.479,50	21.941.806,14
Execução	17.730.829,93	17.394.953,03	18.654.488,80	17.651.509,43	17.229.567,39	18.064.200,49
Grau de execução (%)	59,29	67,50	84,92	59,02	66,89	82,33

Ao longo do triénio o ano 2013 foi aquele em que o grau de execução foi mais elevado.

Passaremos de seguida a analisar cada componente da receita e da despesa.

2.2 - Execução Orçamental da Receita

Neste capítulo é feita a análise do grau de execução da receita alcançada face à receita inicialmente prevista e comparação com períodos anteriores.

A autonomia financeira da autarquia depende dos meios colocados ao seu dispor para a prossecução dos fins próprios, sendo relevante referir que os resultados da execução orçamental estão fortemente dependentes de fundos externos, nomeadamente estatais (OE - Orçamento de Estado), comunitários (FEDER-QREN), contratos-programa e passivos financeiros (Empréstimos bancários).

Quadro IV

Orçamento da Receita					
Capítulo	Previsões iniciais	Alterações		Previsões corrigidas	Variação
		Reforços	Anulações		
Impostos Diretos	1.188.445,00	337.000,00		1.525.445,00	337.000,00
Impostos Indiretos	25.965,00	10.000,00		35.965,00	10.000,00
Taxas multas e outras penalidades	319.229,00	68.000,00		387.229,00	68.000,00
Rendimentos de propriedades	892.750,00	166.500,00		1.059.250,00	166.500,00
Transferências correntes	7.994.537,00	270.000,00		8.264.537,00	270.000,00
Venda de bens e serviços correntes	1.259.294,00	31.800,00		1.291.094,00	31.800,00
Outras receitas correntes	9.030,00	76.700,00		85.730,00	76.700,00
Venda de bens de investimento	55.090,00	0,00		55.090,00	0,00
Transferências de capital	9.952.730,00		960.000,00	8.992.730,00	-960.000,00
Ativos financeiros	10,00		1,00	9,00	-1,00
Passivos financeiros	0,00	1,00		1,00	1,00
Outras receitas de capital	20,00			20,00	0,00
Rep. Não abatidas nos pagamentos	0,00			0,00	0,00
Saldo da gerência anterior	0,00	244.706,14		244.706,14	244.706,14
Total...	21.697.100,00	1.204.707,14	960.001,00	21.941.806,14	244.706,14

Unid: Euros

As modificações orçamentais vêm previstas no ponto 8.3.1 do POCAL e podem ser de dois tipos:

- Revisões
- Alterações

As modificações orçamentais devem atender aos princípios orçamentais e regras previsionais, nomeadamente ao princípio da universalidade, do equilíbrio e da especificação.

As alterações orçamentais resultam de transferência de verbas de rubricas cujo cabimento orçamental não atingirá o seu montante aprovado, para rubricas que se encontram insuficientemente dotadas face aos compromissos que se pretende realizar, não dando lugar à alteração da dotação global do orçamento ¹.

As revisões têm lugar quando houver um aumento do valor global da despesa prevista (Excepto para as situações descritas em ¹).

Foi o orçamento municipal objeto de duas revisões orçamentais ², devidamente aprovadas pela digníssima Assembleia Municipal.

¹ Salvo quando se trata de receitas legalmente consignadas, empréstimos contratados e entrada em vigor da nova tabela de vencimentos.

² A 1ª revisão foi aprovada em 24/06/2013 e a 2ª revisão em 23/12/2013.

Quadro V

Grau de execução da receita						
Designação	Orçamento Inicial		Receita Cobrada Líquida		Desvio	Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%		
	Receitas Correntes	11.689.250,00	53,87	12.989.314,90		
01 Impostos Diretos	1.188.445,00	5,48	1.740.759,19	9,34	552.314,19	146,47
02 Impostos Indiretos	25.965,00	0,12	34.869,82	0,19	8.904,82	134,30
04 Taxas multas e out. penalidades	319.229,00	1,47	406.511,85	2,18	87.282,85	127,34
05 Rendimentos de propriedades	892.750,00	4,11	1.260.505,62	6,76	367.755,62	141,19
06 Transferências correntes	7.994.537,00	36,85	8.239.362,25	44,22	244.825,25	103,06
07 Venda de bens e serviços	1.259.294,00	5,80	1.213.565,11	6,51	-45.728,89	96,37
08 Outras receitas correntes	9.030,00	0,04	93.741,06	0,50	84.711,06	1.038,11
Receitas de Capital	10.007.850,00	46,13	5.643.988,90	30,29	-4.363.861,10	56,40
09 Venda de bens de investimento	55.090,00	0,25	35.729,83	0,19	-19.360,17	64,86
10 Transferências de capital	9.952.730,00	45,87	2.923.487,27	15,69	-7.029.242,73	29,37
11 Ativos financeiros	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00
12 Passivos financeiros	0,00	0,00	2.649.478,11	14,22	2.649.478,11	0,00
13 Outras receitas de capital	20,00	0,00	35.293,69	0,19	35.273,69	0,00
Total	21.697.100,00	100,00	18.633.303,80	100,00		85,88

Unid: Euros

Da análise ao quadro acima representado, permite a comparação da receita cobrada com a receita prevista em termos de orçamento inicial e conseqüentemente detetar os correspondentes desvios e taxas de execução. A diferença observada entre os valores orçamentados e executados, não resulta da falta de rigor aquando a elaboração do orçamento, mas antes do facto de o POCAL (Ponto 3.3.1.) impor a média aritmética das receitas cobradas dos últimos 24 meses que antecedem a elaboração do orçamento, não sendo assim possível relevar, em termos orçamentais, o crescimento ou diminuição de determinadas receitas.

O maior desvio deve-se ao nível das receitas de capital 4.363.861,10 euros (7.875.239,86 euros em 2012), com um desvio de de 7.029.242,73 euros (3.779.339,69 euros em 2012) nas transferências de capital e de 19.360,17 euros (208.900,17 euros em 2012) no capítulo da venda de bens de investimento. Verifica-se que a intenção inicial que o município tinha em arrecadar receita para financiar bens de investimento, sobretudo transferências do QREN e da Iberdrola (A título de compensação financeira à construção de três barragens no Alto-Tâmega) não se concretizaram de acordo com o que era espetável.

Ao nível das receitas correntes, apenas no capítulo da venda de bens e serviços é que a arrecadação ficou aquém (em 45.728,89 euros) do valor inicialmente previsto.

Em suma, a diferença entre o valor executado/receita arrecadada 18.633.303,80 euros (17.385.884,26 euros em 2012³) e a previsão orçamental inicial 21.697.100 euros (25.679.159,00 euros em 2012), traduz uma taxa de execução global de 85,88% (67,70 % em 2012). Ficaram por arrecadar 3.063.796,20 euros (8.293.274,74 euros em 2012) da previsão inicial.

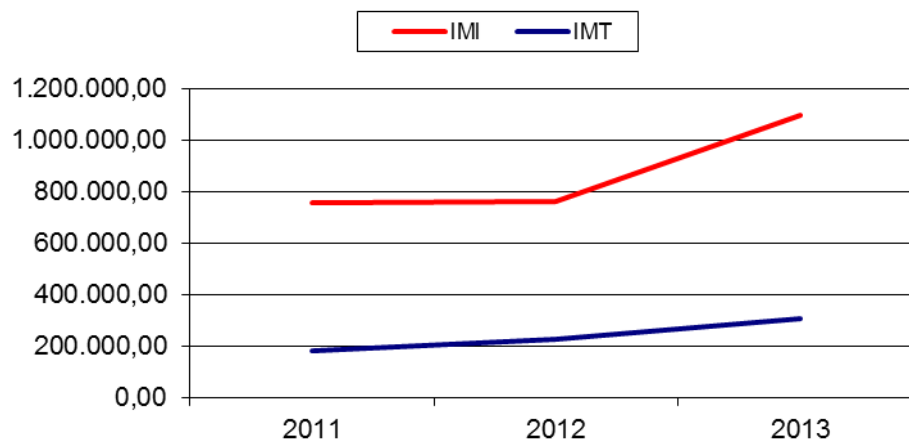
Ao nível dos impostos diretos - *IMI* e *IMT*, analisaremos o seu comportamento nos últimos 3 anos.

Quadro VI

	2011	2012	2013
IMI	755.767,51	763.912,92	1.099.478,89
IMT	181.915,64	227.515,92	308.352,09

Unid: Euros

Gráfico I



³ - Exclui a execução do capítulo 15 (Reposições não abatidas nos pagamentos) e o capítulo 16 (Saldo da gerência anterior).

A receita proveniente do IMT, do IMI e do IUC, é arrecadada diretamente pela Autoridade Tributária e transferida para o município, como resulta dos n.ºs 4 e 5 do artigo 13º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, cobrando-se a AT (Autoridade Tributária) de uma comissão de cobrança, que no ano 2013 foi de 43.760,10 euros (31.177,23 euros em 2012)⁴.

Ao nível da receita de IMI, em conformidade com o disposto na alínea a) do art.º 17º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, foram transferidos pela AT 15.987,91 euros (19.287,97 euros em 2012) para as freguesias do concelho, correspondendo a 50% do produto da receita do IMI sobre prédios rústicos.

A Digníssima Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovou para o ano 2012 (Cobrança em 2013) as seguintes taxas de IMI:

Prédios urbanos	-	0,7% [0,5 a 0,8]
Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI	-	0,3% [0,3 a 0,5]

O IMI tem-se revelado uma receita crescente, ao longo do período em análise, pese embora a autarquia ter reduzido a taxa a aplicar ao VPT - *Valor patrimonial tributário* [Fixado pela administração fiscal].

O notório crescimento da receita do IMI é sobretudo fruto da avaliação geral dos prédios urbanos consagrada na Lei n.º 60-A/2011, de 30 de novembro, que se levou a efeito em 2012/2013.

Ao nível do IMT, verifica-se uma evolução no triénio em análise. O ano 2012 retomou a curva ascendente interrompida no ano 2011. Anote-se, que esta receita está dependente das condições do mercado imobiliário em resultado do número de transações.

⁴ Vide mapa de controlo orçamental da despesa - Rubrica 020224.

2.2.1 - Execução Orçamental da Receita corrente por capítulos económicos

Quadro VII

Execução Orçamental da Receita por capítulos económicos						
Designação	Orçamento Inicial		Receita Cobrada		Desvio	Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%		
Receitas Correntes	11.689.250,00	53,87	12.989.314,90	69,71	1.300.064,90	111,12
01 Impostos Diretos	1.188.445,00	5,48	1.740.759,19	9,34	552.314,19	146,47
02 Impostos Indiretos	25.965,00	0,12	34.869,82	0,19	8.904,82	134,30
04 Taxas multas e out. penalidades	319.229,00	1,47	406.511,85	2,18	87.282,85	127,34
05 Rendimentos de propriedades	892.750,00	4,11	1.260.505,62	6,76	367.755,62	141,19
06 Transferências correntes	7.994.537,00	36,85	8.239.362,25	44,22	244.825,25	103,06
07 Venda de bens e serviços	1.259.294,00	5,80	1.213.565,11	6,51	-45.728,89	96,37
08 Outras receitas correntes	9.030,00	0,04	93.741,06	0,50	84.711,06	1.038,11

Unid:
Euros

Apenas no capítulo da venda de bens e serviços, o montante arrecadado ficou aquém do inicialmente previsto. Anote-se que em termos percentuais o capítulo das transferências correntes conseguiu 103,06% (95,97 % em 2012) face ao valor inicialmente previsto, sendo responsável pela maior arrecadação da receita corrente municipal, fazendo naturalmente depender o município de transferências externas, nomeadamente do Orçamento de Estado - *FEF*.

O valor arrecadado sob a forma de outras receitas correntes, diz respeito nomeadamente a indemnizações recebidas fruto de estragos provocados por outrem em equipamentos municipais, da inversão da liquidação do IVA (embora aqui haja idêntico ajuste no lado da despesa) e de donativos recebidos.

2.2.2 - Principais Componentes da Receita Corrente

Atendendo à sua importância desenvolver-se-à, de seguida, o estudo mais detalhado da receita corrente.

Município de Valpaços
Relatório e contas - Ano 2013

Quadro VIII

Receitas Fiscais						
Designação	Orçamento Inicial		Receita Cobrada		Desvio	Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%		
	Unid: Euros					
01 Impostos Diretos	1.188.445,00	77,49	1.740.759,19	79,77	552.314,19	146,47
Imposto Municipal Imóveis	754.853,00	49,22	1.099.478,89	50,39	344.625,89	145,65
Imposto Único de Circulação	213.395,00	13,91	332.928,21	15,26	119.533,21	156,02
Imposto Municipal Trans. Imóveis	220.157,00	14,36	308.352,09	14,13	88.195,09	140,06
Impostos Abolidos	30,00	0,00	0,00	0,00	-30,00	0,00
Impostos diretos diversos	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00
02 Impostos Indiretos	25.965,00	1,69	34.869,82	1,60	8.904,82	134,30
Mercados e Feiras	14.775,00	0,96	12.912,61	0,59	-1.862,39	87,39
Loteamento e Obras	4.254,00	0,28	20.008,22	0,92	15.754,22	470,34
Ocupação da Via Pública	331,00	0,02	0,00	0,00	-331,00	0,00
Publicidade	2.075,00	0,14	0,00	0,00	-2.075,00	0,00
Utilização da rede viária municipal	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00
Arrendamento urbano	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00
Outros						
TMDP	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00
TDFTH	110,00	0,01	85,12	0,00	-24,88	77,38
Outros	4.390,00	0,29	1.863,87	0,09	-2.526,13	42,46
04 Tx, mult., outras penalidades	319.229,00	20,82	406.511,85	18,63	87.282,85	127,34
Mercados e Feiras	909,00	0,06	53,02	0,00	-855,98	5,83
Loteamento e Obras	53.220,00	3,47	45.042,53	2,06	-8.177,47	84,63
Ocupação da Via Pública	514,00	0,03	77,65	0,00	-436,35	15,11
Caça e Uso e Porte de Arma	286,00	0,02	810,05	0,04	524,05	283,23
Saneamento (Conservação)	258.145,00	16,83	346.992,43	15,90	88.847,43	134,42
Arrendamento urbano	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00
Outros						
TDFTH	31,00	0,00	63,84	0,00	32,84	205,94
Tx.						
Emiss.Cert.Registo	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00
Outros	2.763,00	0,18	2.691,41	0,12	-71,59	97,41
Multas e outras penalidades						
Juros de mora	1.254,00	0,08	1.173,73	0,05	-80,27	93,60
Juros compensatórios	1.383,00	0,09	9.607,19	0,44	8.224,19	694,66
Coimas e penalidades	125,00	0,01	0,00	0,00	-125,00	0,00
Multas diversas	579,00	0,04	0,00	0,00	-579,00	0,00
Total...	1.533.639,00	100,00	2.182.140,86	100,00	648.501,86	142,29

Constata-se que dentro das receitas fiscais o IMI é que mais contribui para o erário municipal. No capítulo das taxas, o saneamento é que mais gerou receitas para a autarquia, pese embora se achar que este valor deveria ser aumentado por forma a fazer face ao aumento crescente das despesas com as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro⁵ no tratamento das águas residuais [Atualmente a tarifa de tratamento de efluentes cobrada pela ATMAD é de 0,81196 por m³].

⁵ - Empresa a quem foi concessionado o tratamento de efluentes.

Quadro IX

Transferências Correntes						
Designação	Orçamento Inicial		Receita Cobrada		Desvio	Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%		
Orçamento do Estado:	7.441.392,00	93,08	7.441.373,00	90,31	-19,00	100,00
Fundo de Equilíbrio Financeiro	7.010.453,00	87,69	7.010.453,00	85,08	0,00	100,00
Fundo Social Municipal	250.242,00	3,13	250.236,00	3,04	-6,00	100,00
Participação variável no IRS	180.687,00	2,26	180.684,00	2,19	-3,00	100,00
Outras	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00
Estado-Participação projetos	28.010,00	0,35	0,00	0,00	-28.010,00	0,00
Serviços e Fundos Autónomos	80.125,00	1,00	120.115,00	1,46	39.990,00	149,91
Serviços e Fundos Autónomos-Outros	445.010,00	5,57	677.874,25	8,23	232.864,25	152,33
Total...	7.994.537,00	100,00	8.239.362,25	100,00	244.825,25	103,06

Unid: Euros

A receita cobrada no capítulo das transferências correntes, à exceção das rúbricas, *OE - Outras* e *Estado - Participação projetos*, cuja execução foi nula, as restantes tem execução orçamental. O FEF representa 85,08% (83,51% em 2012) das receitas cobradas neste capítulo.

O FSM resulta do valor correspondente às despesas relativas às atribuições e competências transferidas da Administração Central para os municípios [Lei n.º 159/99]. Com base no princípio dos deveres de informação estatuidos no artigo 50º da LFL, informa este município trimestralmente a DGAL (Através da aplicação SIIAL) das despesas elegíveis para a atribuição e justificação deste fundo.

O IRS representa uma participação no rendimento cobrado nas diferentes categorias deste imposto na circunscrição territorial do nosso município, cujo cabeça de casal tenha morada fiscal no concelho, caso contrário e embora os rendimentos sejam auferidos no concelho se o cabeça de casal dispuser residência fiscal fora do concelho a verba não será atribuída ao município de Valpaços. Acrescerá referir, que a participação variável do IRS varia entre uma taxa de 0% a 5%, conforme o estatuído no n.º 1 do art.º 20º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, aplicando o município de Valpaços a taxa de 5%.

Município de Valpaços
Relatório e contas - Ano 2013

O orçamento de Estado é de entre as rubricas das transferências correntes aquele que mais contribui para a arrecadação da receita corrente.

Quadro X

Venda de Bens e Serviços						
Designação	Orçamento Inicial		Executado		Desvio	Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Venda de Bens e Serviços	1.259.294,00	100,00	1.213.565,11	100,00	-45.728,89	96,37
Venda de Bens:	479.621,00	38,09	420.453,13	34,65	-59.167,87	87,66
Livros e documentação técnica	689,00	0,05	361,80	0,03	-327,20	52,51
Publicações e impressos	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00
Bens inutilizados	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00
Produtos Acabados e Intermédios	478.902,00	38,03	420.091,33	34,62	-58.810,67	87,72
Outros	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00
Serviços:	302.033,00	23,98	330.752,71	27,25	28.719,71	109,51
Aluguer de espaços e equipamentos	6.137,00	0,49	14.026,81	1,16	7.889,81	228,56
Vistorias e ensaios	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00
Reparações	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00
Ser. Soc. Rec. Cul. Desporto	50.890,00	4,04	83.056,81	6,84	32.166,81	163,21
Resíduos sólidos	218.734,00	17,37	212.422,39	17,50	-6.311,61	97,11
Transp. Colect. Pessoas	9.100,00	0,72	9.988,78	0,82	888,78	109,77
Trabalhos por conta de particulares	14.160,00	1,12	9.127,11	0,75	-5.032,89	64,46
Cemitérios	1.360,00	0,11	914,35	0,08	-445,65	67,23
Outros	1.632,00	0,13	1.216,46	0,10	-415,54	74,54
Rendas:	477.640,00	37,93	462.359,27	38,10	-15.280,73	96,80
Habitações-Social	23.114,00	1,84	21.923,08	1,81	-1.190,92	94,85
Edifícios	36.960,00	2,93	37.381,46	3,08	421,46	101,14
Outras-Contadores água	417.566,00	33,16	403.054,73	33,21	-14.511,27	96,52

Com a venda de bens e serviços, arrecadou a Câmara Municipal 1.213.565,11 euros (1.215.177,85 euros em 2012), dos 1.259.294,00 euros (1.248.533 euros em 2012) que se propôs a arrecadar inicialmente, revelando uma taxa de execução de 96,37% (97,33% em 2012).

O maior encaixe financeiro proveniente deste capítulo revela-se nas receitas da venda de produtos acabados e intermédios [Venda de água] 420.091,33 euros (428.055,59 euros em 2012), seguida da tarifa de disponibilidade 403.054,73 euros (401.828,42 euros em 2012) e da tarifa de resíduos sólidos 212.422,39 euros (211.457,05 euros em 2012).

2.2.3 - Execução Orçamental da Receita de Capital

Quadro XI

Execução Orçamental da Receita de Capital							Unid: Euros
Designação	Orçamento Inicial		Executado		Desvio Valor	Taxa de execução	
	Valor	%	Valor	%			
Receitas de Capital	10.007.850,00	100,00	5.643.988,90	100,00	-4.363.861,10	56,40	
09 Vendas Bens Investimentos	55.090,00	0,55	35.729,83	0,63	-19.360,17	64,86	
10 Transferências de Capital	9.952.730,00	99,45	2.923.487,27	51,80	-7.029.242,73	29,37	
11 Ativos Financeiros	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00	
12 Passivos Financeiros	0,00	0,00	2.649.478,11	46,94	2.649.478,11	100,00	
13 Outras Receitas de Capital	20,00	0,00	35.293,69	0,63	35.273,69	100,00	

Do quadro acima pode-se observar que entre a receita de capital prevista e a que foi efetivamente executada há um desvio de 4.363.861,10 euros (7.875.239,86 euros em 2012), e apresenta um grau de execução de 56,40% (48,52% em 2012) do valor inicialmente previsto. Efetivamente, embora as estimativas assentem em montantes elucidados, a concretização tépida do previsto, justifica-se essencialmente pela baixa arrecadação de fundos comunitários.

Quadro XII

Transferências de Capital							Unid: Euros
Designação	Orçamento Inicial		Executado		Desvio Valor	Taxa de execução	
	Valor	%	Valor	%			
Sociedades e quase-sociedades n. financ.	2.555.600,00	25,68	0,00	0,00	-2.555.600,00	0,00	
Administração Central	1.752.643,00	17,61	1.752.613,00	59,95	-30,00	100,00	
Administração Local	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00	
Segurança Social	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00	
Fundos Comunitários	5.644.467,00	56,71	1.170.874,27	40,05	-4.473.592,73	20,74	
Total...	9.952.730,00	100,00	2.923.487,27	100,00	-7.029.242,73	29,37	

Da análise ao quadro das Transferências de Capital, deparamo-nos com um grau de execução de 29,37% (66,23% em 2012), face aos valores inicialmente previstos. As receitas arrecadadas provenientes de fundos comunitários e contratos-programa, foram as seguintes:

Quadro XIII

FEDER 2013

Fundos comunitários/Contratos programa recebidos	Valor
Ação integrada de valorização do centro de Carrazedo de Montenegro	406.683,75
Casa do vinho - QREN	621.575,69
Casa do vinho - Turismo de Portugal	28.954,31
Regeneração do centro antigo da cidade de Valpaços	27.570,44
Requalificação da EN213 da rotunda da adega cooperativa à variante EN 213 - Fase A	995,76
Pavilhão da Castanha - Carrazedo de Montenegro	85.094,32
TOTAL ANO 2013	1.170.874,27

Do orçamento de Estado recebeu-se 1.752.613 euros (3.505.226 euros em 2012), sob a forma de transferência de capital (FEF Capital), representado 59,95% (47,28% em 2012) das transferências de capital arrecadadas; As verbas provenientes de fundos comunitários (QREN) cifraram-se em 1.170.874,27 euros (3.907.978,31 euros em 2012), valor que ficou bastante aquém do arrecadado na gerência anterior. Consequência natural do encerramento do quadro comunitário de apoio.

2.2.4 - Evolução orçamental da receita

Quadro XIV

Execução orçamental da receita (2011-2013)

Unid: Euros

	2011	2012	2013	Varição Triénio
Receitas Correntes	10.715.079,59	9.962.945,05	12.989.314,90	2.274.235,31
Impostos diretos	1.167.375,26	1.246.207,42	1.740.759,19	573.383,93
Impostos indiretos	26.566,38	25.462,54	34.869,82	8.303,44
Taxas, multas e outras penalidades	297.690,30	400.709,85	406.511,85	108.821,55
Rendimentos de propriedade	876.358,91	768.956,59	1.260.505,62	384.146,71
Transferências correntes	6.799.981,07	6.296.016,16	8.239.362,25	1.439.381,18
Venda de bens e serviços	1.298.506,80	1.215.177,85	1.213.565,11	-84.941,69
Outras receitas correntes	248.600,87	10.414,64	93.741,06	-154.859,81

Município de Valpaços
Relatório e contas - Ano 2013

Receitas de Capital	6.570.682,31	7.422.939,14	5.643.988,90	-926.693,41
Venda de bens de investimento	6.229,40	9.734,83	35.729,83	29.500,43
Transferências de capital	6.437.266,51	7.413.204,31	2.923.487,27	-3.513.779,24
Ativos financeiros	12.933,55	0,00	0,00	-12.933,55
Passivos financeiros	114.252,85	0,00	2.649.478,11	2.535.225,26
Outras receitas de capital	0,00	0,00	35.293,69	35.293,69
Outras receitas	6.892,85	117,10	0,00	-6.892,85
Total de Receitas	17.292.654,75	17.386.001,29	18.633.303,80	1.340.649,05

Pela análise do quadro supra, verifica-se um ganho na receita na ordem dos 1.340.649,05 euros (perda de 788.651,58 euros, na variação 2012 Vs 2010) no triénio. Realça-se a diminuição ao nível das transferências de capital (Fruto da alteração percentual na distribuição do FEF) e a utilização de passivos financeiros (Arrecadação por via da receita creditícia) com a contratualização do empréstimo no âmbito do PAEL [Programa de Apoio à Economia Local].

Passivos Financeiros

Unid: Euros

Finalidade	Entidade	Montante Contratado	Utilização em 2013
PAEL - Programa de Apoio à Economia Local (Lei n.º 43/2012, de 28/08)	DGTF	2.649.478,11	2.649.478,11
Total...		2.649.478,11	2.649.478,11

2.3 - Execução Orçamental da Despesa

Neste ponto efetuar-se-á a análise da despesa paga na gerência, sob o ponto de vista da classificação económica. Após uma breve referência aos valores orçamentados e sua comparação com os valores executados, o que permitirá aferir o nível de realização das despesas e apurar os eventuais desvios, será dado

destaque às despesas afetas às Grandes Opções do Plano e em especial às executadas no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), permitindo avaliar a sua execução e o alcance dos objetivos previstos naquele documento.

Na análise da execução orçamental, será feita a comparação entre despesa prevista (orçamento inicial) e despesa paga (Executada).

Quadro XV

Execução Orçamental da Despesa						
Designação	Orçamento Inicial		Executado		Desvio Valor	Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%		
Despesas Correntes	10.518.554,00	48,48	10.705.100,05	59,26	186.546,05	101,77
01 Despesas com Pessoal	3.810.933,00	17,56	4.005.208,49	22,17	194.275,49	105,10
02 Aquisição de Bens e Serviços	5.528.800,00	25,48	5.375.651,14	29,76	-153.148,86	97,23
03 Juros e Outros Encargos	152.776,00	0,70	456.610,04	2,53	303.834,04	298,88
04 Transferências Correntes	855.515,00	3,94	722.329,97	4,00	-133.185,03	84,43
05 Subsídios	20,00	0,00	0,00	0,00	-20,00	0,00
06 Outras Despesas Correntes	170.510,00	0,79	145.300,41	0,80	-25.209,59	85,22
Despesas de Capital	11.178.546,00	51,52	7.359.100,44	40,74	-3.819.445,56	65,83
07 Aquisição de Bens de Capital	9.681.350,00	44,62	5.943.497,95	32,90	-3.737.852,05	61,39
08 Transferências de Capital	937.540,00	4,32	700.899,64	3,88	-236.640,36	74,76
10 Passivos Financeiros	559.636,00	2,58	714.702,85	3,96	155.066,85	127,71
11 Outras despesas de capital	20,00	0,00	0,00	0,00	-20,00	0,00
Total....	21.697.100,00	100,00	18.064.200,49	100,00	-3.632.899,51	83,26

Unid: Euros

Com a exceção das despesas com o pessoal, juros e outros encargos e dos passivos financeiros, cuja execução se revelou superior aos valores que inicialmente foram propostos, todas as restantes rubricas tiveram execução aquém do inicialmente previsto. O maior desvio pode ser observado ao nível das aquisições de bens de capital. Através de uma análise mais detalhada ao mapa de controlo orçamental da despesa (anexo a este relatório), verifica-se que foram assumidos na gerência compromissos, correntes e de capital, no valor de 21.359.600,78 euros (25.020.337,91 euros em 2012), 98,44% (97% em 2012) do valor inicialmente proposto.

2.3.1 - Comparação com a execução de anos anteriores

A despesa apresenta a seguinte variação no triénio:

Quadro XVI

Execução orçamental das despesas (2009-2011)

Unid: Euros

	2011	2012	2013	Varição Triénio
Despesas Correntes	9.514.291,13	8.799.008,35	10.705.100,05	1.190.808,92
Pessoal	4.422.588,42	3.926.505,64	4.005.208,49	-417.379,93
Aquisição de bens e serviços	3.794.676,35	3.786.345,96	5.375.651,14	1.580.974,79
Juros e outros encargos	185.611,93	109.445,47	456.610,04	270.998,11
Transferências correntes	620.990,58	531.867,88	722.329,97	101.339,39
Subsídios (a)	233.924,44	234.353,51	0,00	-233.924,44
Outras despesas correntes	256.499,41	210.489,89	145.300,41	-111.199,00
Despesas de Capital	8.137.218,30	8.430.559,04	7.359.100,44	-778.117,86
Aquisição de bens de capital	6.979.540,23	7.077.018,67	5.943.497,95	-1.036.042,28
Transferências de capital	584.114,88	726.374,83	700.899,64	116.784,76
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos financeiros	573.563,19	627.165,54	714.702,85	141.139,66
Total das despesas	17.651.509,43	17.229.567,39	18.064.200,49	412.691,06

(a) - No ano 2011 e 2012 os pagamentos a trabalhadores que desenvolveram atividades ocupacionais (Ao abrigo da Portaria n.º 128/09 de 30 de janeiro) foram pagas por subsídios correntes- Famílias, conforme FAT 4/2005 da SATAPOCAL. No ano 2013, o pagamento dessa despesa foi contabilizado em Transferências correntes - Famílias - Outras, conforme orientação da SATAPOCAL na FAT 4/2005/RS.

Da análise do quadro supra, verifica-se um aumento na despesa no triénio de 412.691,06 euros (diminuição de 812.379,69 euros entre 2009 vs 2011). Este aumento resulta essencialmente de uma maior execução no capítulo da aquisição de bens e serviços correntes.

A execução das despesas correntes cresceram em cerca de 2%, entre 2012 e 2013. Quanto às despesas de capital, verifica-se que no triénio estas registaram um decréscimo de cerca de 9,6%;

Decréscimo esse, devido sobretudo à diminuição na execução das despesas de investimento (aquisição de bens de capital).

Passaremos em seguida a analisar a estrutura da despesa.

2.3.2 - Execução da Despesa Corrente

Despesas com o pessoal

Quadro XVII

Despesas com o Pessoal						
Designação	Orçamento Inicial		Executado		Desvio Valor	Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%		
01 Despesas com Pessoal	3.810.933,00	100,00	4.005.208,49	100,00	194.275,49	105,10
Titulares de órgãos autárquicos	51.317,00	1,35	93.541,63	2,34	42.224,63	182,28
Pessoal dos quadros - RCIT	1.911.860,00	50,17	1.877.715,78	46,88	-34.144,22	98,21
Pessoal com contrato a termo	44.419,00	1,17	40.560,72	1,01	-3.858,28	91,31
Pessoal Regime de tarefa e avença	400.000,00	10,50	423.861,81	10,58	23.861,81	105,97
Pessoal aguardando aposentação	25.000,00	0,66	4.308,21	0,11	-20.691,79	17,23
Pessoal em qualquer outra situação	54.236,00	1,42	63.211,58	1,58	8.975,58	116,55
Representação	45.539,00	1,19	41.113,73	1,03	-4.425,27	90,28
Subsídio de refeição	202.962,00	5,33	273.002,44	6,82	70.040,44	134,51
Subsídio de férias e de Natal	244.207,00	6,41	344.370,82	8,60	100.163,82	141,02
Horas extraordinárias	70.973,00	1,86	63.563,76	1,59	-7.409,24	89,56
Ajudas de custo	2.320,00	0,06	2.427,19	0,06	107,19	104,62
Abono para falhas	13.855,00	0,36	15.767,57	0,39	1.912,57	113,80
Indemnização cessação funções	1.500,00	0,04	0,00	0,00	-1.500,00	0,00
Outros suplementos e prémios	36.978,00	0,97	30.179,32	0,75	-6.798,68	81,61
Encargos com a saúde	150.000,00	3,94	77.867,82	1,94	-72.132,18	51,91
Outros encargos com a saúde	76.059,00	2,00	71.720,98	1,79	-4.338,02	94,30
Subsídio familiar a crianças jovens	29.172,00	0,77	34.113,60	0,85	4.941,60	116,94
Assistência na doença (ADSE)	600,00	0,02	0,00	0,00	-600,00	0,00
Caixa Geral Aposentações	250.925,00	6,58	343.999,41	8,59	93.074,41	137,09
Segurança Social	156.321,00	4,10	172.747,77	4,31	16.426,77	110,51
Seguros de acidentes de trabalho	42.680,00	1,12	31.134,35	0,78	-11.545,65	72,95
Outras despesas de seg. social	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00

Unid: Euros

O valor total executado no período em análise foi de 4.005.208,49 euros (3.926.505,64 euros em 2012), distribuído pelas diferentes rubricas que acima se expõem.

As despesas com o pessoal absorvem 30,78% (39% em 2012) do total da receita corrente arrecadada, e são responsáveis pelo consumo de 21,47% (23% em 2012) da receita total cobrada.

Em análise com anos anteriores temos:

Quadro XVIII

Unid: Euros

DESPESAS COM O PESSOAL	
Ano 2011	4.422.588,42
Ano 2012	3.926.505,64
Ano 2013	4.005.208,49

Por forma a dar cumprimento ao n.º 5 do artigo 50º da LFL, informa mensalmente o município a DGAL, das despesas com o pessoal que a autarquia paga, incluindo contratos de avença, de tarefa e de aquisição de serviços com pessoas singulares, comparando com as realizadas no mesmo período do ano anterior.

O limite ao custo com o pessoal definidos no artigo 10º do Decreto-Lei n.º 116/84, de 6 de abril, que ditava que os custos com o pessoal têm de ser inferiores em 60 % das receitas correntes arrecadadas no ano anterior, e as despesas com o pessoal em qualquer outra situação inferiores em 25 % do limite imposto anteriormente, foi revogado pelo Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, pelo que atualmente não há nenhum limite legalmente estatuído para as despesas com o pessoal.

O OE de 2012 estabelecia que em 2012, os municípios tinham de reduzir em 1/7 a despesa efetuada com remunerações certas e permanentes pagas em 2011 €, tendo-se atingido esse objetivo.

Para o ano 2013, o OE de 2013 fixou objetivos de idêntica natureza, devendo o município reduzir em 50% os trabalhadores em regime de contratos de trabalho a termo resolutivo (Art.º 49º), e em 2% os trabalhadores em regime de contrato individuais de trabalho (Art.º 65º). Ambos os objetivos foram atingidos.

Município de Valpaços
Relatório e contas - Ano 2013

6 - Deve ser deduzido o montante correspondente aos subsídios de férias e Natal suportados em 2012, cujo pagamento seja devido nos termos da Lei.

Aquisição de Bens e Serviços Correntes

Quadro XIX

Aquisição de Bens e Serviços Correntes						
Designação	Orçamento Inicial		Executado		Desvio Valor	Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%		
Aquisição de Bens e Serviços	5.528.800,00	100,00	5.375.651,14	100,00	-153.148,86	97,23
Aquisição de Bens	1.557.660,00	28,17	1.040.835,95	19,36	-516.824,05	66,82
Aquisição de Serviços	3.971.140,00	71,83	4.334.815,19	80,64	363.675,19	109,16

Unid:
Euros

Verifica-se que a rubrica de aquisição de Bens representa 19,36% (30,12% em 2012) e a aquisição de serviços 80,64% (69,88% em 2011) do total do valor pago para o capítulo da aquisição de bens e serviços.

2.3.3 - Execução da Despesa de Capital

Os quadros seguintes permitem observar a desagregação das despesas de Capital, indicando para as respetivas dotações orçamentais, o volume da despesa paga e respetiva taxa de execução.

Quadro XX

Despesas de Capital						
Designação	Orçamento Inicial		Executado		Desvio Valor	Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%		
Despesas de Capital	11.178.546,00	100,00	7.359.100,44	100,00	-3.819.445,56	65,83
07 Aquisição de Bens de Investimento	9.681.350,00	86,61	5.943.497,95	80,76	-3.737.852,05	61,39
08 Transferências de Capital	937.540,00	8,39	700.899,64	9,52	-236.640,36	74,76
09 Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10 Passivos Financeiros	559.636,00	5,01	714.702,85	9,71	155.066,85	127,71
11 Outras Despesas de capital	20,00	0,00	0,00	0,00	-20,00	0,00

Unid:
Euros

As importâncias pagas a título de despesas de capital, totalizaram 7.359.100,44 euros (8.430.559,04 euros em 2012), representando em termos relativos 40,74% (49% em 2012) do total da despesa paga. O Investimento apresenta uma taxa de execução de 61,39% (49,94% em 2012), as Transferências de Capital 74,76% (106,82% em 2012), os Passivos Financeiros 127,71% (137,58% em

2012) e as outras despesas de capital com uma execução nula, face aos valores inicialmente previstos em orçamento.

Embora a aquisição de bens de investimento tenham uma execução de 40,74% (49,94 % em 2012) em relação à totalidade das despesas pagas, representam 80,76% (83,94% em 2012) das despesas de capital pagas no período.

2.3.3.1 - Principais componentes da Despesa de Capital

O valor da aquisição de bens de investimento inicialmente previsto para o ano económico de 2013 totaliza 9.681.350 euros (14.171.470 euros em 2012). Em termos de utilização orçamental, os compromissos assumidos no período atingiram um volume de 7.368.708,97 euros (12.213.177,23 euros em 2012), em que a execução orçamental [pagamentos] se ficou pelos 5.943.497,95 euros (7.077.018,67 euros em 2012), ficando por pagar 1.425.211,02 euros (5.136.158,56 euros em 2012) dos compromissos assumidos. Anote-se que, nem todos os compromissos estão faturados no término da gerência, estando porém os mesmos relevados em termos orçamentais.

2.3.3.2 - Fontes de Financiamento do Investimento

Quadro XXI

Designação	2011		2012		2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Empréstimos bancários	114.252,85	1,57	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	6.437.266,51	88,43	7.413.204,31	100,00	2.923.487,27	98,81
FEF	3.690.890,00	50,70	3.505.226,00	47,28	1.752.613,00	59,23
Fundos Comunitários	2.519.575,64	34,61	3.907.978,31	52,72	1.170.874,27	39,57
Outros	226.800,87	3,12	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital	12.933,55	0,00	0,00	0,00	35.293,69	1,19
Total	6.564.452,91	90,00	7.413.204,31	100,00	2.958.780,96	100,00

O Investimento tem tido nos últimos anos diversas fontes de financiamento. Pela análise do quadro supra, constata-se que no ano 2012, e pela primeira vez no triénio, as receitas provenientes de fundos comunitários superaram as transferências com origem no OE. Anote-se que, as transferências do OE têm vindo a ser reduzidas. Para o ano 2013, o mapa XIX do OE previa transferir a

título de FEF capital 1.752.613 euros, o que veio a acontecer na íntegra. A execução de fundos comunitários foi a mais baixa no triénio, na sequência natural do encerramento do quadro comunitário de apoio [QREN 2007-2013].

Assim, as fontes de financiamento no período de 2013, para além do saldo da gerência anterior 244.706,14 euros (79.320,50 euros em 2012), foram as seguintes:

Quadro XXII

Fontes de Financiamento

Unid: Euros

	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Varição Triénio
Receitas próprias (1)	3.647.548,00	3.656.514,25	4.656.211,59	1.008.663,59
OE - FEF (2)	9.677.969,00	9.193.995,00	9.193.986,00	-483.983,00
Empréstimos	114.252,85	0,00	2.649.478,11	2.535.225,26
Fundos comunitários	2.746.376,51	3.907.978,31	1.170.874,27	-1.575.502,24
Outras receitas	1.106.508,39	627.513,73	962.753,83	-143.754,56
Total receita cobrada líquida	17.292.654,75	17.386.001,29	18.633.303,80	1.340.649,05

(1) Consideram-se receitas próprias as cobranças de impostos (Diretos e Indiretos), multas, taxas e outras penalidades, venda de bens e serviços e rendimentos de propriedade.

(2) Considera-se o FEF (Corrente e de Capital), a participação variável no IRS e o FSM

Da análise do quadro supra, verifica-se que as receitas próprias têm um comportamento ascendente na ordem dos 1.008.663,59 euros (Variação de 287.276,42 euros no triénio 2010 vs 2012), demonstrando uma maior capacidade do município se tornar mais autónomo face aos recursos externos.

Em resultado da contenção orçamental das finanças públicas que o país atravessa, as receitas provenientes do OE sofreram um corte de 483.983 euros no triénio (993.350 euros entre 2010 vs 2012).

No tocante aos fundos do QREN, o ano 2012 é sem dúvida aquele em que houve um maior aproveitamento destes recursos. Anote-se que, as participações comunitárias, na grande maioria das ações, reforçaram o financiamento de 70% e 80%, para 85% do valor

elegível, vindo assim a taxa de esforço do município a ser reduzida.

2.3.3.3 - Transferências de Capital

Com as transferências de capital despendeu o Município 700.899,64 euros (726.374,83 euros em 2012), distribuídos essencialmente por transferências para as freguesias e instituições sem fins lucrativos.

Quadro XXIII

Transferências/Apoios financeiros		
Transferências concedidas	Dotações corrigidas	Execução orçamental
Sociedades e quase sociedades não financeiras		
Empresas públicas municipais e intermunicipais	10,00	0,00
Outras	10,00	0,00
Administração central		
Serviços e fundos autónomos	10,00	0,00
Administração local		
Municípios	10,00	0,00
Freguesias	445.000,00	339.955,89
Serviços autónomos da administração local	0,00	0,00
Associações de municípios	25.000,00	0,00
Associações de freguesias	0,00	0,00
Regiões de turismo	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Instituições sem fins lucrativos		
Instituições sem fins lucrativos	420.000,00	348.318,62
Famílias		
Outras	22.500,00	12.625,13
Resto do mundo		
União Europeia - Instituições	0,00	0,00
Total das transferências de capital	912.540,00	700.899,64

2.3.3.4 - Amortização de Passivos Financeiros

No que se reporta aos Passivos Financeiros, estes representam 6,68% (7% em 2012) do total das Despesas de Capital pagas.

O montante contratualizado em empréstimos bancários é de 12.805.482,25 euros (10.156.004,14 euros em 2012), dos quais utilizou o município 12.476.679,59 euros (9.827.201,48 euros em 2012). Foram amortizados 714.702,85 euros (627.165,54 euros em 2012) e pagos 85.400,98 euros (78.398,30 euros em 2012) de juros [a taxa de juro aplicada pela banca é inferior a 3%].

O capital em dívida em 31/12/2013 é de 6.463.041,90 euros (4.528.266,64 euros em 2012), um aumento de 42,73% em relação ao capital em dívida no final do período de 2012, contribuindo para tal o empréstimo contratualizado no âmbito do PAEL.

Anote-se que o Município de Valpaços tem cumprido escrupulosamente os prazos e pagamentos das prestações devidas, não incorrendo em juros de mora, fruto de atrasos de pagamento à banca e à DGTF [Direção-Geral de Tesouro e Finanças].

2.4 - Equilíbrio e Estabilidade Orçamental

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no POCAL, ao estabelecer que o orçamento deve prever receitas para cobrir as despesas, não exige igualdade substancial, ou seja a cobertura de certos tipos de despesa por certos tipos de receita, mas obriga a que as receitas correntes sejam pelo menos iguais às despesas correntes [Princípio do equilíbrio orçamental].

Ao analisar a execução orçamental de 2013, verifica-se que as receitas correntes não só cubriram todas as despesas correntes, como ainda financiaram 2.305.399,85 euros (1.172.888,44 euros em 2012) das despesas de capital, gerando-se assim uma poupança corrente - *Superávit corrente*.

Ao longo do triénio verifica-se que a poupança corrente teve oscilações comportamentais.

Município de Valpaços
Relatório e contas - Ano 2013

Quadro XXIV

Unid: Euros

Ano	Poupança Corrente
2011	1.200.788,49
2012	1.172.888,44
2013	2.305.399,85

Com a sucessiva delegação de competências nas autarquias locais, a tendência é para uma diminuição da poupança corrente, podendo mesmo chegar-se a dificuldades com o cumprimento do próprio equilíbrio orçamental, caso não haja a componente transferência de receitas.

Conhecedor desta realidade, o governo através do OE 2013, vem reforçar as transferências correntes (FEF corrente) em prol da diminuição do FEF capital, daí a poupança corrente no ano 2013 superar a do ano transato.

Em seguida analisemos os orçamentos e a respetiva execução, nos anos 2011 a 2013.

Quadro XXV

Execução do saldo orçamental no triénio 2011 a 2013

	2011				2012				2013			
	Orç.Inicial	Orç.Final	Execução	%	Orç.Inicial	Orç.Final	Execução	%	Orç.Inicial	Orç.Final	Execução	%
	Receita Corrente	11.294.134,00	11.288.678,91	10.715.079,62	94,92%	10.380.980,00	11.477.526,00	9.971.896,79	86,88%	11.689.250,00	12.649.250,00	13.010.499,90
Receita de Capital	17.865.125,00	18.174.358,00	6.570.682,31	36,15%	15.298.179,00	14.201.515,90	7.422.939,14	52,27%	10.007.850,00	9.047.850,00	5.643.988,90	62,38%
Outras Receitas	0,00	5.455,09	6.892,85	126,36%	0,00	117,10	117,10	100,00%	0,00	244.706,14	0,00	0,00%
TOTAL	29.159.259,00	29.468.492,00	17.292.654,78	58,68%	25.679.159,00	25.679.159,00	17.394.953,03	67,74%	21.697.100,00	21.941.806,14	18.654.488,80	85,02%
Despesas Correntes	11.283.399,00	11.241.438,73	9.514.291,13	84,64%	10.371.809,00	11.408.486,70	8.799.008,35	77,13%	10.518.554,00	12.543.326,22	10.705.100,05	85,34%
Despesas de Capital	17.875.860,00	18.665.228,42	8.137.218,30	43,60%	15.307.350,00	14.349.992,80	8.430.559,04	58,75%	11.178.546,00	9.398.479,92	7.359.100,44	78,30%
TOTAL	29.159.259,00	29.906.667,15	17.651.509,43	59,02%	25.679.159,00	25.758.479,50	17.229.567,39	66,89%	21.697.100,00	21.941.806,14	18.064.200,49	82,33%

Saldo	<u>-358.854,65</u>	<u>165.385,64</u>	<u>590.288,31</u>
Saldo da gerência anterior	<u>438.175,15</u>	<u>79.320,50</u>	<u>244.706,14</u>
Saldo para a gerência seguinte	<u>79.320,50</u>	<u>244.706,14</u>	<u>834.994,45</u>

Ao longo do triénio as receitas totais aumentaram 1.361.834,02 euros (diminuíram em 802.289,41 euros entre 2012 vs 2010), tendo as despesas totais registado igualmente um acréscimo de 412.691,06 euros (diminuíram em 812.379,69 euros entre 2012 vs 2010) ou seja, 7,88% e 2,34%, respetivamente.

Como se constata nos dados de execução orçamental, o princípio do equilíbrio corrente ⁷ foi respeitado, tendo as receitas correntes ultrapassado as despesas correntes.

⁷ - O ponto 3.1.1 alínea e) do POCAL impõe o equilíbrio corrente como condição obrigatória, definindo que «Na elaboração e execução (...) o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes»

O quadro seguinte permite uma análise comparativa do saldo efetivo ⁸ ao longo do triénio 2011-2013:

⁸ - Receitas e despesas, com exclusão das resultantes de ativos financeiros, passivos financeiros e saldos de gerência do período anterior.

Quadro XXVI

Saldo efetivo

	Unid: Euros		
	2011	2012	2013
Receitas efetivas	17.165.468,38	17.386.001,36	16.005.010,69
Despesas efetivas	17.651.509,43	17.229.567,39	18.064.200,49
Saldo global efetivo	-486.041,05	156.433,97	-2.059.189,80

Nos anos em análise, o saldo efetivo apresenta défices na gerência de 2011 e 2013, obtendo-se valores positivos na gerência de 2012.

Recorrendo aos mapas de controlo orçamental da receita e da despesa, verifica-se que o grau de realização da despesa, aferido pelos compromissos assumidos 21.359.600,78 euros (25.020.337,91 euros em 2012), é substancialmente superior ao grau de realização da receita cobrada bruta 18.654.488,80 euros (17.386.001,36 euros em 2012), levando a um défice orçamental ⁹ de 2.397.395,47 euros (7.246.442,46 euros em 2012), como se demonstra:

Quadro XXVII

Execução Orçamental da Despesa							
Dotações Corrigidas (1)	Compromissos assumidos			Despesa Paga (5)	Diferenças		
	Período (2)	Períodos futuros (3)	Total (4)=(2)+(3)		Dotação não Comprometida (6)=(1)-(2)	Saldo (7)=(1)-(5)	Compromissos por pagar (8)=(2)-(5)
21.941.806,14	21.359.600,78	0,00	21.359.600,78	18.064.200,49	582.205,36	3.877.605,65	3.295.400,29

Execução Orçamental da Receita						
Dotações Corrigidas (9)	Receitas por cobrar no início do ano (10)	Receitas liquidadas (11)	Liquidações anuladas (12)	Receitas cobradas brutas (13)	Receita cobrada líquida (14)	Receitas por cobrar no final do ano (15)=(10)+(11)-(12)-(13)
21.941.806,14	387.617,93	19.618.657,77	1.022.885,39	18.654.488,80	18.633.303,80	328.901,51
Défi ce orçamental (16)=(14)+(15)-(5)-(8)						2.397.395,47
% Sobre a receita cobrada líquida (17)=(16/14x100)						12,87%

9 - Calculado de acordo com as regras do sistema europeu de conta (SEC95)

O défi ce orçamental cifra-se nos 12,87% (41,68% em 2012) do total das receitas cobradas líquidas, demonstrando uma redução de 4.849.046,99 euros face ao défi ce registado na gerência de 2012.

2.5 - Apoio a instituições

Na gerência de 2013, o município de Valpaços apoio financeiramente instituições de caráter social, cultural, desportivo e empresarial, no montante total de 564.703,85 euros (594.554,45 euros em 2012), no âmbito das suas atribuições e competências.

No quadro abaixo, listamos as instituições às quais foram atribuídas verbas superiores a 10.000 euros.

Quadro XXVIII

Transferências para instituições de valor superior a 10.000 euros/Ano

Entidade Beneficiária	Valor
ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL S. PEDRO - SANFINS	68.326,57
ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOL.DE CARRAZEDO	20.818,50
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DIFICIENTE	140.081,75
BANDA MUNICIPAL DE VALPAÇOS	21.501,35
ASSOCIAÇÃO LAR SANTA LÚZIA	16.666,67
CASA DO POVO DE VILARANDELO	20.821,50
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SERAPICOS	41.906,19
CORPO DE SALVAÇÃO PÚBLICA DE VALPAÇOS - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS	46.562,57
FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE VALPAÇOS	22.509,50
GRUPO DESPORTIVO DE VALPAÇOS	23.952,37
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VALPAÇOS	53.098,78
TOTAL	476.245,75

Do montante pago a título de transferências para instituições (476.245,75 euros - *Despesas corrente e de capital*), 11 instituições beneficiaram de 84,34% do referido montante.

2.6 - Análise das Grandes Opções do Plano

A execução das Grandes Opções do Plano representa o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal, e apresenta-se organizado por objetivos, programas, projetos e ações. É parte integrante deste relatório o Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos, uma vez que a autarquia não elabora PAM - *Plano de atividades municipais*, por não se mostrar obrigatória a sua elaboração e por não ser materialmente relevante.

O mapa que a seguir se apresenta sintetiza a estrutura do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) por objetivos, comparando o valor previsto com o valor executado.

Quadro XXIX

Município de Valpaços
Relatório e contas - Ano 2013

Análise das Grandes Opções do Plano

Unid: Euros

Objectivos	PPI		
	Previsão	Execução	%
Aq. const. conser.rep. edif. municipais	70.000,00	50.946,39	72,78
Aq. Rep. Máq. Viat. Outros equipamentos	163.400,00	83.215,42	50,93
Ensino básico	111.500,00	97.527,98	87,47
Acção social	136.000,00	29.715,85	21,85
Habituação	260.000,00	177.486,12	68,26
Arranjos urbanísticos	991.500,00	956.909,52	96,51
Rede de Esgotos	1.197.000,00	363.195,37	30,34
Abastecimento de água	305.500,00	74.108,25	24,26
Higiene pública	25.000,00	21.939,17	87,76
Cemitérios	131.000,00	82.963,24	63,33
Parques florestais e jardins	2.500,00	430,50	17,22
Outras actividades	11.000,00	10.991,68	99,92
Cultura	884.500,00	1.077.200,64	121,79
Desporto, recreio e lazer	214.000,00	238.158,31	111,29
Industria e energia	215.300,00	94.510,29	43,90
Rede viária e sinalização	4.961.650,00	2.583.841,04	52,08
Estacionamento	1.500,00	358,18	23,88
Total	9.681.350,00	5.943.497,95	61,39

Para o cálculo do grau de execução do PPI, considerou-se o volume de despesa paga relativamente ao volume de dotações corrigidas e inscritas no Plano.

O valor inicialmente previsto para o PPI totaliza 9.681.350 euros (14.171.470 euros em 2012), tendo sido objeto de uma diminuição no valor de 2.197.712,08 euros, originando uma dotação corrigida de 7.483.637,92 euros (12.607.020,80 euros em 2012).

A rede viária e sinalização com uma execução de 79,06% (52,51% em 2012), gastou 2.583.841,04 euros (2.953.219,26 euros em 2012), o que equivale em termos relativos a 43,47% (42% em 2012) do total das despesas pagas no PPI, revelando-se o objetivo que mais recursos consumiu.

O Desporto, Recreio e Lazer e os arranjos urbanísticos, posicionam-se na 2ª e 3ª posição (em 2012, os arranjos urbanísticos e o desporto, recreio e lazer assumiram a 2ª e 3ª posição das intenções das despesas de investimento), representando 1.077.200,64 euros e 965.909,52 euros, respetivamente.

Por grandes capítulos, as funções sociais com um montante de 3.130.626,63 euros (3.838.935,62 euros em 2012), foram responsáveis por 52,67% (54% em 2012) dos pagamentos executados no

Município de Valpaços
Relatório e contas - Ano 2013

PPI, seguindo-se as funções económicas com um montante de 2.678.709,51 euros (2.979.893,79 euros em 2012), tendo um peso relativo de 45,07% (42% em 2012) no total do montante executado.

Quadro XXX

Análise comparativa com o PPI de 2011, 2012 e 2013			
Objectivos	Execução do PPI		
	2011	2012	2013
Aq. const. conser.rep. edif. municipais	50.946,39	97.743,27	50.946,39
Aq. Rep. Máq. Viat. Outros equipamentos	83.215,42	118.302,99	83.215,42
Ensino básico	97.527,98	47.064,48	97.527,98
Acção social	29.715,85	63.498,26	29.715,85
Habitação	177.486,12	287.627,98	177.486,12
Arranjos urbanísticos	956.909,52	1.722.852,95	956.909,52
Rede de Esgotos	363.195,37	420.075,88	363.195,37
Abastecimento de água	74.108,25	47.719,24	74.108,25
Higiene pública	21.939,17	1.040,58	21.939,17
Cemitérios	82.963,24	31.725,20	82.963,24
Parques florestais e jardins	430,50	4.981,50	430,50
Cultura	1.077.200,64	574.336,06	10.991,68
Desporto, recreio e lazer	238.158,31	638.013,49	1.077.200,64
Indústria e energia	94.510,29	12.712,71	238.158,31
Rede viária e sinalização	2.583.841,04	2.953.219,26	94.510,29
Estacionamento	358,18	13.961,82	2.583.841,04
Outras Funções	0,00	42.143,00	358,18
Total	5.932.506,27	7.077.018,67	5.943.497,95

Unid: Euros

Pela análise do quadro acima, verifica-se que no ano 2012 o município alcançou índices de execução superiores aos verificados nos três anos em análise.

2.7- Resumo dos Movimentos Financeiros de 2013

O saldo a transitar para o ano 2014 no que respeita a operações orçamentais é de 834.994,45 euros (244.706,14 euros em 2012). O quadro que se segue faz um breve resumo dos movimentos financeiros da autarquia no ano 2013.

Quadro XXXI

Resumo dos Movimentos Financeiros de 2013

Unid: Euros

Designação	Operações orçamentais	Operações não orçamentais	Total
(1) Saldo transitado de 2012 a)	244.706,14	940.921,29	1.185.627,43
(2) Receitas arrecadadas	18.654.488,80	951.129,45	19.605.618,25
(3) Despesas pagas	18.064.200,49	976.825,17	19.041.025,66
Saldo a transitar para 2014 (1+2-3)	834.994,45	915.225,57	1.750.220,02

a) Incorporado em 2013

Em disponibilidades detinha o município, em 31/12/2013, 1.750.220,02 euros, como se verifica no resumo diário de tesouraria do fecho da gerência.

O saldo apurado da conta orçamental (834.994,45 euros), depois de devidamente aprovado, pode ser integrado na execução orçamental do ano 2014, através de uma revisão ao orçamento (Conforme ponto 8.3.1.4 do POCAL).

2.8 - Análise da Dívida do Município

A crescente intervenção social exigida aos municípios, devido não só ao alargamento das suas competências e atribuições, mas a uma capacidade mais interventiva no desenvolvimento do concelho com o objetivo de proporcionar melhores condições sociais, culturais e desportivas, o endividamento autárquico começou a ser utilizado como recurso financeiro alternativo à insuficiência de receitas. Constitui uma medida de política económica autorizada por Lei dentro dos limites impostos, e aprovada por deliberação da Assembleia Municipal, com o necessário visto prévio do Tribunal de Contas.

A necessidade ao recurso ao endividamento autárquico está dependente do nível de receitas arrecadadas.

O mapa a seguir permite visualizar a evolução da dívida nos últimos cinco anos:

Município de Valpaços
Relatório e contas - Ano 2013

Análise da Dívida do Município

Unid: Euros

Designação	2009	2010	2011	2012	2013
Dívidas de empréstimos (1)	5.600.466,09	5.614.742,52	5.155.432,18	4.528.366,64	6.463.041,90
Dívidas de curto prazo * (2)	10.168.567,20	9.827.385,92	8.965.109,38	7.427.021,24	3.351.063,87
Dívida total (1 + 2)	15.769.033,29	15.442.128,44	14.120.541,56	11.955.387,88	9.814.105,77
Taxa de crescimento da dívida - %	-	-2,07%	-8,56%	-15,33%	-17,91%

* Inclui a dívida a fornecedores de conta corrente e fornecedores de bens de investimento

Conforme o estatuído no artigo 37º da LFL, existe um valor máximo estabelecido para o endividamento municipal, incorrendo os municípios em penalidades caso venham a ultrapassar esse limite - Artigo 5º da LFL.

Dita o artigo 37º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais), que o montante do endividamento líquido total de cada município, em 31 de dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação do IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do setor empresarial local, relativas ao ano anterior.

Demonstramos em seguida a capacidade de endividamento do município em 31/12/2013:

LIMITE AO ENDIVIDAMENTO - ANO 2013

CALCULO AO LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL 2013

ARTIGOS 37º e 39º DA LEI N.º 2/2007

RECEITAS MUNICIPAIS	Receitas cobradas brutas (1)	Reembolsos e restituições pagos (2)	Receita cobrada líquida (3)=(1)-(2)	Observações
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	770.674,19	6.761,27	763.912,92	
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	229.511,12	1.995,20	227.515,92	
Imposto Único de Circulação (IUC)	254.778,58	0,00	254.778,58	
Contribuição Autárquica	0,00	0,00	0,00	
Imposto Municipal de Sisa	0,00	0,00	0,00	
DERRAMA	0,00	0,00	0,00	
TOTAL IMPOSTOS MUNICIPAIS E DERRAMA	1.254.963,89	8.756,47	1.246.207,42	(A)
RECEITAS ARRECADADAS A TÍTULO DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DAS ENTIDADES DO SEL	-	-	82.660,50	(B)
FEF + IRS	-	-	8.943.753,00	(C)

Município de Valpaços
Relatório e contas - Ano 2013

TOTAL DE RECEITAS A CONSIDERAR PARA EFEITOS DE CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO	-	-	10.272.620,92	$(D) = (A) + (B) + (C)$
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	-	-	1.027.262,09	$(E) = 10\% \times (D)$
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	-	-	10.272.620,92	$(F) = 100\% \times (D)$
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	-	-	12.840.776,15	$(G) = 125\% \times (D)$

LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LIQUIDO DE 2013	-	-	12.016.809,00	Artigo 98º da Lei n.º 66-B/2012
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO M/L PRAZO DE 2013			10.274.565,00	Artigo 98º da Lei n.º 66-B/2012

APURAMENTO DA SITUAÇÃO DE ENDIVIDAMENTO NO FINAL DE DEZEMBRO DE 2013

(€)

Designação	Montante	
TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO	0,00	
EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO NÃO AMORTIZADOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DO ANO EM CAUSA	0,00	
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO	6.463.041,90	
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO	4.671.370,50	
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	0,00	
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	0,00	
CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXPECIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	1.037.440,88	
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR	5.425.601,02	
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR	3.633.929,62	
Limites endividamento municipal (recapitulativo)		
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	1.027.262,09	
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	10.272.620,92	
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	12.016.809,00	
Situação face aos limites		
ENDIVIDAMENTO LIQUIDO	Excesso	0,00
	Margem	8.382.879,38
ENDIVIDAMENTO DE M/L PRAZO - LIMITE (10.274.565,00)	Excesso	0,00
	Margem	4.848.963,98

Em Termos de endividamento - *Líquido, curto e de médio e longo prazo*, o município está abaixo dos limites impostos por Lei, com se demonstra nos quadro supra.

Realce-se o facto, da margem ao endividamento líquido do município no montante de 8.382.879,38 euros, resultou, como pode ser constatado no balanço do período, de um acréscimo significativo no valor das participações financeiras.

Em resultado da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, foram doadas ao município, a título gratuito, um conjunto de ações e quotas, que a empresa local EHATB - *Empreendimentos Hidrelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.*, detinha em outras sociedades [vide as notas ao balanço].

Rácios dos Encargos com a Dívida

Unid: Euros

Designação	2009	2010	2011	2012	2013
Enc. c/ dívida/Rec. Impostos	28,64	10,77	15,55	8,61	25,72
Enc. c/ Dívida/Receita Corrente	3,05	1,15	1,73	1,10	3,52
Enc. c/ dívida/ Despesa Corrente	4,10	1,59	2,04	1,20	11,40

De acordo com os indicadores expostos, os encargos com a dívida têm um peso nas receitas fiscais (Impostos diretos e indiretos) de 25,72 %, no total das receitas correntes um impacto pouco considerável de 3,52 %, e o peso dos juros nas despesas correntes cifram-se em 11,40 %.

Unid: Euros

Designação	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
1 - Amortizações	666.804,09	611.703,64	619.829,55	627.165,54	714.702,85
2 - Juros	234.996,74	146.065,94	70.386,36	78.398,30	85.400,98
3 - Serviço da Dívida (1+ 2)	901.800,83	757.769,58	690.215,91	705.563,84	800.103,83

III - Desempenho Económico - Financeiro

3.1 - Balanço

Balanço analítico em 31 de Dezembro de 2013

(Unid: Euros)

Ativo					
Código das Contas	Ativo	Exercícios			
		2013			2012
		AB	A/J	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio Público				
451	Terrenos e recursos naturais	20.672.329,57		20.672.329,57	20.850.368,95
452	Edifícios	0,00		0,00	1.684,12
453	Outras construções e infraestruturas	137.277.000,06	84.331.867,51	52.945.132,55	56.486.352,43
455	Bens do património histórico, artíst.cultural	466.609,24	172.963,60	293.645,64	314.977,89
459	Outros bens de domínio público	4.099.083,37	1.117.736,44	2.981.346,93	3.155.290,19
445	Imobilizações em curso	312.408,02		312.408,02	698.495,35
		162.827.430,26	85.622.567,55	77.204.862,71	81.507.168,93
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	257.920,50	252.938,98	4.981,52	7.481,27
		257.920,50	252.938,98	4.981,52	7.481,27
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	4.463.763,50		4.463.763,50	4.270.763,50
422	Edifícios e outras construções	27.713.334,50	3.382.719,14	24.330.615,36	24.596.548,35
423	Equipamento básico	1.998.184,92	1.389.552,08	608.632,84	639.635,44
424	Equipamento de transporte	2.298.233,37	1.985.595,29	312.638,08	405.964,04
425	Ferramentas e utensílios	47.444,84	24.546,29	22.898,55	26.284,97
426	Equipamento administrativo	1.250.595,49	1.125.168,53	125.426,96	160.088,55
429	Outras imobilizações corpóreas	271.927,40	173.937,64	97.989,76	115.401,48
442	Imobilizações em curso	1.444.313,82		1.444.313,82	655.611,08
448	Adiantamento por conta de imobili. Corpóreas	20.400,00		20.400,00	35.264,08
		39.508.197,84	8.081.518,97	31.426.678,87	30.905.561,49
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	3.720.798,97		3.720.798,97	411.736,00
		3.720.798,97	0,00	3.720.798,97	411.736,00
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	395.243,97		395.243,97	436.152,37
32	Mercadorias	531,05		531,05	397,00
		395.775,02		395.775,02	436.549,37
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:				
	Dívidas de terceiros - curto prazo				
212	Contribuintes c/c			0,00	801,03
213	Utentes c/c	134.053,17		134.053,17	229.410,69
218	Clientes, contribuintes e utentes de c. duvidosa	179.186,67	179.186,67	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	35.514,94		35.514,94	21.339,07
262+263+267+268	Outros devedores	366.935,41		366.935,41	622.734,39
		715.690,19	179.186,67	536.503,52	874.285,18
	Depósitos em instituições financ. E caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras e caixa:	1.750.220,02		1.750.220,02	1.185.627,43
		1.750.220,02		1.750.220,02	1.185.627,43
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	411.866,56		411.866,56	451.060,84
272	Custos diferidos	64.120,89		64.120,89	101.026,29
		475.987,45		475.987,45	552.087,13
	Total de amortizações.....		93.957.025,50		
	Total de Provisões.....		179.186,67		
	Total do ativo.....	209.652.020,25	94.136.212,17	115.515.808,08	115.880.496,80

Município de Valpaços
Relatório e contas - Ano 2013

(Unid: Euros)

Fundos próprios e passivo			
Código das Contas	Fundos Próprios e Passivo	Exercícios	
		2013	2012
	Fundos próprios:		
51	Patrimônio	143.045.251,13	143.045.251,13
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	1.700.244,55	
571	Reservas legais	1.148.592,68	1.148.592,68
575	Subsídios	279.751,86	279.751,86
576	Doações	1.228.420,93	6.500,00
59	Resultados transitados	-62.520.040,29	-60.958.468,87
88	Resultado Líquido do exercício	-1.200.033,80	-1.561.571,42
		83.682.187,06	81.960.055,38
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos	262.744,17	234.221,69
	Dividas a terceiros - Médio e longo prazos		
2312	Empréstimos de M/L prazo	5.638.033,46	3.968.631,44
221	Fornecedores c/c	1.554.748,15	1.495.173,15
2611	Fornecedores de imobilizado c/c		57.060,13
262+263+267+268	Outros credores	400.000,00	1.348.661,64
		7.592.781,61	6.869.526,36
	Dívidas a terceiros - curto prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo	825.008,44	559.635,20
221	Fornecedores c/c	1.284.170,55	2.879.468,65
261	Fornecedores de imobilizado c/c	512.145,17	2.862.715,31
24	Estado e outros entes públicos	48.340,88	34.306,37
262+263+267+268	Outros Credores	525.636,98	
		3.195.302,02	6.336.125,53
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	545.983,50	461.494,53
274	Proveitos diferidos	20.236.809,72	20.019.073,31
		20.782.793,22	20.480.567,84
		31.833.621,02	33.920.441,42
	Total dos Fundos próprios e do passivo.....	115.515.808,08	115.880.496,80

3.2 - Demonstração de Resultados

Demonstração de Resultados, por natureza em 31 de Dezembro de 2013

(Unid: Euros)

Demonstração de Resultados - Por Natureza					
Código de Contas	Descrição	Exercício			
		2013		2012	
61	Custos e perdas Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	3.171,50		17.992,45	
	Matérias	426.469,01	429.640,51	546.343,88	564.336,33
62	Fornecimentos e serviços externos:		3.737.375,29		3.345.116,46
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	2.987.216,59		2.722.764,47	
643 a 648	Encargos sociais	740.150,61	3.727.367,20	581.853,31	3.304.617,78
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais		769.975,93		840.528,91
66	Amortizações do exercício		6.792.133,51		6.633.545,86
67	Provisões do exercício		0,00		0,00
65	Outros custos operacionais		46.455,48		35.458,73
	(A)		15.502.947,92		14.723.604,07
68	Custos e perdas financeiros		337.891,65		275.480,06
	(C)		15.840.839,57		14.999.084,13
69	Custos e perdas extraordinários		1.242.805,99		893.945,37
	(E)		17.083.645,56		15.893.029,50
88	Resultado líquido do exercício.....		-1.200.033,80		-1.561.571,42
			15.883.611,76		14.331.458,08
	Proveitos e ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Venda de mercadorias	300,06		259,28	
7112+7113	Venda de produtos	401.297,94		420.515,10	
712	Prestações de serviços	745.933,16	1.147.531,16	744.709,76	1.165.484,14
			1.147.531,16		1.165.484,14
72	Impostos e taxas		2.175.001,30		1.662.577,15
(a)	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares		40.486,84		22.740,10
74	Transferências e subsídios obtidos		9.967.173,63		9.806.102,42
76	Outros proveitos e ganhos operacionais				
	(B)		13.330.192,93		12.656.903,81
78	Proveitos e ganhos financeiros		1.467.982,18		1.035.754,23
	(D)		14.798.175,11		13.692.658,04
79	Proveitos extraordinários		1.085.436,65		638.800,04
	(F)		15.883.611,76		14.331.458,08
Resumo:	Resultados operacionais: (B - A)		-2.172.754,99		-2.066.700,26
	Resultados financeiros:(D - B)-(C - A)		1.130.090,53		760.274,17
	Resultados correntes: (D - C)		-1.042.664,46		-1.306.426,09
	Resultado líquido do exercício: (F - E)		-1.200.033,80		-1.561.571,42

IV - Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados

NOTA INTRODUTÓRIA

O Município de Valpaços tem a sua sede na rua D.^a Maria do Carmo Carmona, em Valpaços; Tem como presidente da Assembleia Municipal o Sr. Eng.º Francisco Baptista Tavares e como presidente da Câmara Municipal o Sr. Dr. Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida.

As demonstrações financeiras são apresentadas em unidades de euros.

As notas que a seguir se apresentam, visam facultar um completo entendimento das demonstrações financeiras apresentadas com os documentos de prestação de contas exigidas no ponto 2 do POCAL, no artigo 6º do Decreto-Lei n.º 54-A/99 e na resolução n.º4/2001 do Tribunal de Contas.

As notas não incluídas neste anexo não são aplicáveis ou a sua apresentação não se considera relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Em todos os aspetos materiais, os mapas financeiros foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos definidos no ponto 3.2. do POCAL. As demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade das operações da autarquia, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização do período.

No ano a que se reporta a presente análise encontra-se já implementado o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL). Este diploma obriga à existência simultânea e coordenada de três sistemas de contabilidade:

- Orçamental;
- Patrimonial;
- Custos.

Ponto 8.2.1 - Derrogação das disposições do POCAL e os respetivos efeitos no balanço e na demonstração de resultados

Não foram revogados quaisquer princípios vertidos no POCAL.

Ponto 8.2.2 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

No período de 2013, o Município alterou a política contabilística utilizada para os investimentos financeiros, passou a aplicar o método da equivalência patrimonial (MEP), para as participações financeiras em que exerce uma influência significativa.

Anote-se, que o método de equivalência patrimonial é um método de contabilização pelo qual o investimento ou interesse é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado em função das alterações verificadas, após aquisição, na quota-parte do investidor ou do empreendedor nos ativos líquidos da investida ou da entidade conjuntamente controlada. Os resultados do investidor ou empreendedor incluem a parte que lhe corresponda nos resultados da investida ou da entidade conjuntamente controlada (Disposição vertida no parágrafo 4 da NCRF 13).

Na sequência da publicação da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (Que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais), aprovou a digníssima Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária realizada a 22 de fevereiro de 2013, o desmantelamento das participações societárias que a EHATB - *Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.* detinha em várias empresas suas participadas. A deliberação tomada, foi no sentido de a EHATB alienar a título gratuito, aos seus acionistas (Município de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar), as participações que detinha nas seguintes entidades:

- Eólica de Atilhó, Lda. (50% do capital social)

- Eólica da Padrela, Lda. (40% do capital social)
- Empresa Eólica do Barroso, Lda. (40% do capital social)
- ATberg - Eólica do Alto Tâmega e Barroso, Lda. (40% do capital social)
- Empreendimentos Eólicos de Viade, Lda. (20% do capital social)
- Eólica da Serra das Alturas, S.A. (49,9% do capital social)
- Eólica de Montenegrelo, S.A. (49,9% do capital social)
- Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. (1,66% do capital social)
- Resinorte, S.A. (2,84% do capital social)

Com exceção das participações detidas nas entidades, Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro e Resinorte, as demais foram alienadas a título gratuito, em regime de contitularidade, cabendo a cada um dos acionistas um sexto indiviso.

A EHATB, utilizava o preço de custo para as participações detidas inferiores a 20% e o método da equivalência patrimonial para as prestações superiores a 20%.

Do ponto de vista do registo contabilístico inicial, considerando o que refere o POCAL e as demais orientações e práticas contabilísticas, a opção foi por valorar os investimentos financeiros pelo valor contabilístico da respetiva participação, assim como pelo valor nominal dos créditos transferidos (Alias, esta valorização é também a que constava dos registos contabilísticos da EHATB, que utilizava o método do custo ou o método da equivalência patrimonial).

O procedimento adotado e para efeitos de mensuração inicial, foi o modelo do custo, tendo por base as demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2012 das entidades adquiridas (gratuitamente). Porém, foi atendida a distribuição de resultados efetivada em 2013, até ao momento em que as participações foram transmitidas.

Quanto ao critério valorimétrico adotado em 31 de dezembro de 2013, e por se entender que existe influencia nas tomadas de

decisão, por parte do município de Valpaços nas empresas participadas, dado o regime de compropriedade e o valor da participação globalmente ser superior a 20% (veja-se §§19 a 22 da NCRF 13), utiliza-se como método valorimétrico subsequente ao inicial (Custo) o MEP.

Anote-se que, esta alteração teve um efeito relevante nas demonstrações financeiras, pelo que as mesmas não são comparáveis com o período anterior.

Ponto 8.2.3 - Critérios contabilísticos e valorimétricos

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir de registos da contabilidade efetuados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os critérios valorimétricos utilizados foram os que constam no Regulamento de Cadastro e Inventário da autarquia o qual obedece às disposições do POCAL e do CIBE - *Cadastro e Inventário dos Bens do Estado*.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

Imobilizações incorpóreas

Compreendem, nomeadamente, as despesas com a elaboração de projetos de arquitetura e revisão do PDM.

As imobilizações incorpóreas estão valorizadas ao custo de aquisição e são amortizadas pelo método das quotas constantes, em duodécimos, dentro dos limites das taxas legalmente fixadas.

Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, construção e avaliação, e são depreciadas pelo método das quotas constantes, em duodécimos, tendo sido utilizadas para esse efeito as taxas previstas na Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.

As despesas de reparação e manutenção do imobilizado sem grande relevo, são consideradas como gasto no ano que ocorrem.

Os ativos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizadas pelo método financeiro, pelo que o correspondente valor está reconhecido no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do ativo são registados como gastos na demonstração de resultados do período a que respeitam. O IVA que não sendo dedutível é levado ao valor do imobilizado.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, em regime duodecimal, a taxas específicas, de acordo com a legislação em vigor - *Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril*.

Os ativos corpóreos objeto de financiamento externo, quando concluídos são depreciados e o custo dessa depreciação é compensado em proveitos e ganhos extraordinários pela amortização dos financiamentos (*registadas em acréscimos e diferimentos - subsídios ao investimento*).

Investimentos financeiros

São valorizados ao respetivo custo de aquisição, quando não haja influência significativa e pelo método de equivalência patrimonial quando se entende que há poder na tomada de decisão nas participadas.

Subsídios ao Investimento

Os subsídios ao investimento atribuídos a fundo perdido são contabilizados em balanço como proveitos diferidos e posteriormente são levados a resultados extraordinários ao longo da vida útil dos bens para compensação das respetivas amortizações e depreciações.

Dívidas de e a terceiros

São contabilizadas com base no seu custo histórico evidenciado no respetivo documento contabilístico.

Encargos financeiros

Os encargos financeiros considerados são os resultantes de empréstimos bancários, juros de mora e de acordos de pagamento celebrados, locação financeira, operações e serviços bancários, sendo contabilizados em resultado do período e não imputados ao investimento.

Ajustamento de dívidas a receber

Optou-se por proceder às anulações e reforços por cobranças duvidosas de dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de 6 meses e cujo risco de incobrabilidade está perfeitamente identificado.

O montante dos ajustamentos de dívidas a receber é determinado de acordo com a seguinte percentagem:

- 50% Para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 100 % Para dívidas em mora há mais de 12 meses.

Não foram constituídos ajustamentos (provisões) para dívidas em mora inferiores a 6 meses, nem para dívidas provenientes de organismos públicos.

Férias e subsídio de férias

No final do ano 2013 a autarquia regista, em acréscimos e diferimentos - *acréscimos de custos*, o montante de encargos com férias e subsídio de férias vencidas, e respetivos encargos patronais, mas cujo pagamento só é devido em período posterior.

Pessoal ao serviço da autarquia

O número de trabalhadores ao serviço da autarquia no final de 2013 era de 195, revestindo qualquer natureza de vínculo e repartindo-se por 6 unidades orgânicas:

- Membros dos órgãos autárquicos;

- Divisão Administrativa;
- Departamento de Obras Municipais;
- Departamento de Urbanismo e Ambiente;
- Departamento de Acção Social, Educação, Cultura e Desporto;
- Divisão Financeira.

8.2.6 - Comentário à conta 43.1 «Despesas de instalação»

Constituídas por despesas de instalação relativas ao projeto de especialidades do parque de exposições e animação económica de Valpaços, pela revisão ao PDM do concelho de Valpaços, e elaboração de projeto da biblioteca municipal e do centro escolar de Valpaços.

8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas depreciações e ajustamentos

Ativo bruto

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2013, nas rubricas do ativo imobilizado constante no balanço a 31/12/2013, podem ser observados no quadro síntese que se segue:

1 - Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros contabilizados dizem respeito à participações sociais no capital social de empresas, a saber:

EHATB - EMPREENDIMENTO HIDROÉLETRICO DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, S.A.
RESINORTE, S.A
ATMAD - ÁGUAS DE TRÁS OS MONTES E ALTO DOURO
CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MUTUO
ÁRVORE - COOPERATIVA DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS, CRL
EÓLICA DA SERRA DAS ALTURAS,S.A
EMPRESA EÓLICA DO BARROSO
EÓLICA DA PADRELA, LDA.
ATBERG - EÓLICA DO ALTO TÂMEGA E BARROSO
EMPREENDIMENTOS EÓLICOS DE VIADE, LDA.
EÓLICA DE MONTENEGRELO, S.A
EÓLICA DE ATILHÓ, LDA.

A conta dos investimentos financeiros, teve a seguinte evolução:

Município de Valpaços
Relatório e contas - Ano 2013

Rubricas		Saldo Inicial	Método do custo	Método Equiv. Patrimonial	Saldo Final
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	411.736,00	1.221.920,94	2.087.142,04	3.720.798,98
41.1	Partes de capital	411.736,00	1.221.920,94	2.087.142,04	3.720.798,98

Demonstramos em seguida o apuramento das respetivas variações.

1.1 - Mensuração inicial - Método do custo

PARTICIPADA	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - ANO 2012		Reconhecimento nas demonstrações financeiras do município				Mensuração inicial - Método do custo		
	Demonstrações Financeiras de 2012		Participação %	Dividendo distribuído	Valor Participação	Reconhec. Na CMV	Conta Débito	Conta Crédito	Valor
Eólica da Serra das Alturas, S.A.	Capital Social	50.000,00	49,90%		24.950,00	4.158,33	4113611	57611	4.158,33
	Prestações Suplementares	1.337.139,00	49,90%		667.232,36	111.205,39	4113612	57611	111.205,39
	Reservas e resultados acumulados	1.803.244,00	49,90%		899.818,76	149.969,79	4113613	57611	149.969,79
	Resultado Líquido do Período	935.654,00	49,90%	935.654,00	0,00	0,00	4113614	57611	0,00
Empresa Eólica do Barroso, Lda.	Capital Social	70.000,00	40,00%		28.000,00	4.666,67	4113711	57612	4.666,67
	Prestações Suplementares	0,00	40,00%		0,00	0,00	4113712	57612	0,00
	Reservas legais	14.000,00	40,00%		5.600,00	933,33	4113713	57612	933,33
	Resultados transitados	77.294,91	40,00%		30.917,96	5.152,99	4113714	57612	5.152,99
	Outras variações no capital próprio	90.000,00	40,00%		36.000,00	6.000,00	4113715	57612	6.000,00
	Resultado Líquido do Período	73.212,13	40,00%	69.000,00	1.684,85	280,81	4113716	57612	280,81
Eólica da Padrela, Lda.	Capital Social	65.000,00	40,00%		26.000,00	4.333,33	4113811	57613	4.333,33
	Prestações Suplementares	0,00	40,00%		0,00	0,00	4113812	57613	0,00
	Reservas legais	13.000,00	40,00%		5.200,00	866,67	4113813	57613	866,67
	Resultados transitados	80.942,80	40,00%		32.377,12	5.396,19	4113814	57613	5.396,19
	Outras variações no capital próprio	90.000,00	40,00%		36.000,00	6.000,00	4113815	57613	6.000,00
	Resultado Líquido do Período	68.063,73	40,00%	64.000,00	1.625,49	270,92	4113816	57613	270,92
Atberg - Eólica do Alto Tâmega e Barroso, Lda.	Capital Social	1.250.000,00	40,00%		500.000,00	83.333,33	4113911	57614	83.333,33
	Outros instrumentos de capital próprio	625.000,00	40,00%		250.000,00	41.666,67	4113912	57614	41.666,67
	Prestações Suplementares	0,00	40,00%		0,00	0,00	4113913	57614	0,00
	Reservas legais	44.304,67	40,00%		17.721,87	2.953,64	4113914	57614	2.953,64
	Outras reservas	627.721,64	40,00%		251.088,66	41.848,11	4113915	57614	41.848,11
	Resultados transitados	-327.138,14	40,00%		-130.855,26	-21.809,21	57614	4113916	21.809,21
	Outras variações no capital próprio	112.500,00	40,00%		45.000,00	7.500,00	4113917	57614	7.500,00
	Suprimentos	1.150.000,00	40,00%		460.000,00	76.666,67	411392	57614	76.666,67
	Resultado Líquido do Período	-190.641,44	40,00%		-76.256,58	-12.709,43	57614	4113918	12.709,43
Empreendimento Eólico de Viade, Lda.	Capital Social	5.000,00	20,00%		1.000,00	166,67	4114011	57615	166,67
	Outros instrumentos de capital próprio	150.000,00	20,00%		30.000,00	5.000,00	4114012	57615	5.000,00
	Prestações Suplementares	0,00	20,00%		0,00	0,00	4114013	57615	0,00

Município de Valpaços
Relatório e contas - Ano 2013

	Reservas legais	2.500,00	20,00%		500,00	83,33	4114014	57615	83,33
	Resultados transitados	-2.311,00	20,00%		-462,20	-77,03	57615	4114015	77,03
	Outras variações no capital próprio	102.009,00	20,00%		20.401,80	3.400,30	4114016	57615	3.400,30
	Suprimentos	86.000,00	20,00%		17.200,00	2.866,67	411402	57615	2.866,67
	Resultado Líquido do Período	63.594,00	20,00%		12.718,80	2.119,80	4114017	57615	2.119,80
Eólica de Montenegro, S.A.	Capital Social	50.000,00	49,90%		24.950,00	4.158,33	4114111	57616	4.158,33
	Outros instrumentos de capital próprio	0,00	49,90%		0,00	0,00	4114112	57616	0,00
	Prestações Suplementares	2.348.619,00	49,90%		1.171.960,88	195.326,81	4114113	57616	195.326,81
	Reservas e resultados acumulados	2.696.034,00	49,90%		1.345.320,97	224.220,16	4114114	57616	224.220,16
	Outras variações no capital próprio	0,00	49,90%		0,00	0,00	4114115	57616	0,00
	Resultado Líquido do Período	1.933.144,00	49,90%		964.638,86	160.773,14	4114116	57616	160.773,14
Eólica de Atilhó, Lda.	Capital Social	5.000,00	50,00%		2.500,00	416,67	4114211	57617	416,67
	Outros instrumentos de capital próprio	162.000,00	50,00%		81.000,00	13.500,00	4114212	57617	13.500,00
	Prestações Suplementares	0,00	50,00%		0,00	0,00	4114213	57617	0,00
	Reservas legais	2.500,00	50,00%		1.250,00	208,33	4114214	57617	208,33
	Resultados transitados	44.619,65	50,00%		22.309,83	3.718,30	4114215	57617	3.718,30
	Outras variações no capital próprio	193.211,35	50,00%		96.605,68	16.100,95	4114216	57617	16.100,95
	Resultado Líquido do Período	130.862,01	50,00%	125.000,00	2.931,01	488,50	4114217	57617	488,50
Resinorte - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	Capital Social	8.000.000,00	2,84%		227.200,00	37.866,67	41126211	57618	37.866,67
	Outros instrumentos de capital próprio	0,00	2,84%		0,00	0,00	41126212	57618	0,00
	Prestações Suplementares	0,00	2,84%		0,00	0,00	41126213	57618	0,00
	Reservas e outros ajustamentos	1.600.587,00	2,84%		45.456,67	7.576,11	41126214	57618	7.576,11
	Resultados transitados	2.467.082,72	2,84%		70.065,15	11.677,52	41126215	57618	11.677,52
	Outras variações no capital próprio	0,00	2,84%		0,00	0,00	41126216	57618	0,00
	Resultado Líquido do Período	489.286,00	2,84%		13.895,72	2.315,95	41126217	57618	2.315,95
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Capital Social	26.966.250,00	1,66%		448.918,00	74.819,67	41127211	57619	74.819,67
	Outros instrumentos de capital próprio	0,00	1,66%		0,00	0,00	41127212	57619	0,00
	Prestações Suplementares	0,00	1,66%		0,00	0,00	41127213	57619	0,00
	Reservas e outros ajustamentos	1.422,00	1,66%		23,67	3,95	41127214	57619	3,95
	Resultados transitados	-25.255.918,00	1,66%		-420.445,42	-70.074,24	57619	41127215	70.074,24
	Outras variações no capital próprio	0,00	1,66%		0,00	0,00	41127216	57619	0,00
	Resultado Líquido do Período	2.371.603,00	1,66%		39.481,03	6.580,17	41127217	57619	6.580,17

Aumento das participações Financeiras/Custo

1.221.920,94

Município de Valpaços
Relatório e contas - Ano 2013

1.2 - Mensuração subsequente - MEP (Método de equivalência patrimonial)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ANO 2013						Mensuração Subsequente - MEP 16,66% CMV		
	Total Capital Próprio - Ano 2012	Total Capital Próprio - Ano 2013	Varição	Resultado do período	Participação %	Conta Débito	Conta Crédito	Valor
Eólica da Serra das Alturas, S.A.	3.190.383,00	4.480.755,00	1.290.372,00	1.290.372,00	49,90%	411362	782	107.315,94
Empresa Eólica do Barroso, Lda.	255.507,04	333.612,31	78.105,27	90.105,27	40,00%	411372	782	6.007,02
						5533	411372	800,00
Eólica da Padrela, Lda.	253.006,53	323.114,49	70.107,96	82.107,96	40,00%	411382	782	5.473,86
						5532	411382	800,00
Atberg - Eólica do Alto Tâmega e Barroso, Lda.	2.141.746,73	2.910.403,42	768.656,69	783.656,69	40,00%	411393	782	52.243,78
						5534	411393	1.000,00
Empreendimento Eólico de Viade, Lda.	320.792,00	399.195,09	78.403,09	82.210,51	20,00%	411403	782	2.740,35
						5535	411403	126,91
Eólica de Montenegrelo, S.A.	7.027.797,00	9.485.500,00	2.457.703,00	2.457.703,00	49,90%	411412	782	204.398,97
Eólica de Atilhó, Lda.	413.193,01	572.004,86	158.811,85	178.628,40	50,00%	411422	782	14.885,70
						5531	411422	1.651,38
EHATB, EIM, SA	150.000,00 (a)	11.127.737,05 (c)	-	-37.008,75	100,00%	682	411212	6.168,13
	1.854.622,84 (b)	11.090.728,30 (d)	-			411212	5521	1.704.622,84

(a) valor da participação registada no município em 31/12/2013 antes de MEP (Valorada ao custo)

(b) MEP antes do RLP de 2013 - Quota-parte do município (1/6 ou 16,66%)

Aumento das participações financeiras/MEP

2.087.142,03

(c) Valor do capital próprio de 2013 antes de RLP de 2013

(d) Total do capital próprio em 2013

2 - Ativos fixos tangíveis, intangíveis e investimentos em

curso

Rubricas		Saldo Inicial	Aumentos	Abates	Saldo Final
42	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	37.610.940,15	666.263,06	233.719,19	38.043.484,02
42.1	Terrenos e recursos naturais	4.270.763,50	193.000,00	0,00	4.463.763,50
42.2	Edifícios e Outras construções	27.560.579,25	325.161,69	172.406,44	27.713.334,50
42.3	Equipamento básico	1.888.715,93	109.888,42	419,43	1.998.184,92
42.4	Equipamento de transporte	2.358.848,89	0,00	60.615,52	2.298.233,37
42.5	Ferramentas e utensílios	43.549,63	3.895,21	0,00	47.444,84
42.6	Equipamento administrativo	1.223.566,50	27.306,79	277,80	1.250.595,49
42.9	Outras imobilizações corpóreas	264.916,45	7.010,95	0,00	271.927,40
43	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	257.920,50	0,00	0,00	257.920,50
43.1	Despesas de instalação	257.920,50	0,00	0,00	257.920,50

Município de Valpaços
Relatório e contas - Ano 2013

44	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	1.389.370,51	3.845.021,55	3.457.270,22	1.777.121,84
44.2.2	Edifícios e outras construções	655.611,08	1.922.905,85	1.134.203,11	1.444.313,82
44.5	Bens de domínio Público	698.495,35	1.922.115,70	2.308.203,03	312.408,02
44.8	Adiantamentos por conta de imobilizado	35.264,08	0,00	14.864,08	20.400,00
45	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	160.387.965,98	2.501.929,22	374.872,96	162.515.022,24
45.1	Terrenos e recursos naturais	20.850.368,95	50.126,90	228.166,28	20.672.329,57
45.2	Edifícios	1.684,12	0,00	1.684,12	0,00
45.3	Outras construções e infraestruturas	134.998.334,47	2.423.688,15	145.022,56	137.277.000,06
45.5	Bens de património, histórico artístico e cultural	466.609,24	0,00	0,00	466.609,24
45.9	Outros bens de domínio público	4.070.969,20	28.114,17	0,00	4.099.083,37
	TOTAL	199.646.197,14	7.013.213,83	4.065.862,37	202.593.548,60

Os adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas dizem respeito a contratos promessa de compra e venda, nomeadamente de prédios para alargamento de vias públicas.

Amortizações e Ajustamentos

As amortizações efetuadas no ano de 2013, em regime de duodécimos, dando cumprimento ao artigo 35º da Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, pelas taxas vertidas no citado diploma, são as que se seguem:

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
48.2	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	7.396.253,82	757.260,92	71.995,77	8.081.518,97
48.2.2	Edifícios e outras construções	2.964.030,90	430.068,49	11.380,25	3.382.719,14
48.2.3	Equipamento básico	1.249.080,49	140.471,59	0,00	1.389.552,08
48.2.4	Equipamento de transporte	1.952.884,85	93.325,96	60.615,52	1.985.595,29
48.2.5	Ferramentas e utensílios	17.264,66	7.281,63	0,00	24.546,29
48.2.6	Equipamento administrativo	1.063.477,95	61.690,58	0,00	1.125.168,53
48.2.9	Outras imobilizações corpóreas	149.514,97	24.422,67	0,00	173.937,64
48.3	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	250.439,23	2.499,75	0,00	252.938,98
48.5	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	79.579.292,40	6.043.275,15	0,00	85.622.567,55
29.1	Provisões para cobrança duvidosa	136.220,51	42.966,16	0,00	179.186,67
	TOTAL	87.362.205,96	6.846.001,98	71.995,77	94.136.212,17

8.2.8 - Desagregação dos bens do ativo imobilizado

Os mapas desagregados podem ser consultados em anexo a este relatório e contas.

8.2.12 - Imobilizações corpóreas em curso

O mapa desagregado pode ser consultado em anexo a este relatório e contas.

Não existem immobilizações em poder de terceiros, nem implementadas em propriedade alheia.

8.2.13 - Immobilizações corpóreas em regime de locação financeira

São os seguintes os bens utilizados em regime de locação financeira:

N.º Contrato	LOCADORA	BEM	VALOR CONTABILISTICO	VALOR EM DÍVIDA 01/01/13	AMORTIZAÇÃO FINANCEIRA	VALOR EM DÍVIDA 31/12/12
350412	Caixa Leasing e Factoring	Autoc. 64-HM-19	189.000,00	81.603,42	30.259,56	51.343,76
TOTAL				81.603,42	30.259,56	51.343,76

8.2.15 - Bens de domínio público que não são objecto de amortização

Com exceção dos terrenos, por não estarem sujeitos a depreciação, todos os outros bens de domínio público relevados são depreciados.

8.2.16 - Entidades participadas

O montante de 3.720.798,97 euros, encontra-se evidenciado na rubrica do ativo «Investimentos financeiros - partes de capital», e respeita às entregas feitas pela autarquia para a realização de capital social nas entidades abaixo referidas, bem como pela aplicação do método de equivalência patrimonial reconhecido naquelas entidades em que se exerce uma influência significativa.

ENTIDADE	CAPITAL DETIDO	SEDE	CAPITAIS PRÓPRIOS	RLP
EHATB - Empreend.Hid.do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.	1.848.454,71	Ribeira de Pena	11.090.728,30	-37.008,75
Resinorte - Valorização de Resíduos Sólidos, S.A.	89.436,25	Condessoso	11.194.026,00	1.568.975,23
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	227.905,55	Vila Real	10.087.397,91	5.158.113,79
Caixa de Crédito Agrícola Mutuo	15.110,00	Alijó	49.935.113,72	4.005.816,22
Arvore - Cooperativo de Atividades Artísticas, CRL	50,00	Porto	1.982.498,85	203.360,50
Eólica da serra das Alturas, S.A.	372.649,45	Boticas	4.480.755,00	1.290.372,00
Empresa Eólica do Barroso, Lda.	22.240,82	Ribeira de Pena	333.612,31	90.105,27
Eólica da Padrela, Lda.	21.540,97	Ribeira de Pena	323.114,49	82.107,96
ATberg - Eólica do Alto Tâmega e Barroso, Lda.	270.693,56	Ribeira de Pena	2.910.403,42	783.656,69

Município de Valpaços
Relatório e contas - Ano 2013

Empreendimentos Eólicos de Viade, Lda.	16.173,18	Porto	399.195,09	82.210,51
Eólica de Montenegro, S.A.	788.877,41	Vila Pouca de Aguiar	9.485.500,00	2.457.703,00
Eólica de Atilhó, Lda.	47.667,07	Boticas	572.004,86	178.628,40
TOTAL	3.720.798,97			

a - Dados respeitantes à prestação de contas do ano 2012, não estando à data de elaboração deste relatório disponíveis as contas do ano 2013

8.2.22 - Dívidas de cobrança duvidosa

O valor contabilizado na conta «*Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa*» é de 179.186,67 euros, estando a totalidade desse valor aprovisionada.

REFORÇO/ANULAÇÕES POR DÍVIDA DE ÁGUA - ANO 2013

Valor em Mora à mais de 12 meses	Valor em mora há mais de 6 meses e até 12 meses	Valor do ajustamento em (A)	Valor do ajustamento em (B)	Total do Ajustamento a considerar
(A)	(B)	1	2	3=1+2
165.147,30	16.282,68	165.147,30	8.141,34	173.288,64

Valor do ajustamento em 31/12/2012	Reforço no ajustamento	Total do Ajustamento a considerar
136.220,51	37.068,13	173.288,64

REFORÇO/ANULAÇÕES POR DÍVIDA DE RENDAS - ANO 2013

Valor em Mora à mais de 12 meses	Valor em mora há mais de 6 meses e até 12 meses	Valor do ajustamento em (A)	Valor do ajustamento em (B)	Total do Ajustamento a considerar
(A)	(B)	1	2	3=1+2
5.898,03	0,00	5.898,03	0,00	5.898,03

Valor do ajustamento em 31/12/2012	Reforço no ajustamento	Total do Ajustamento a considerar
0,00	5.898,03	5.898,03

TOTAL DAS PROVISÕES PARA COBRANÇAS DUVIDOSAS	179.186,67
---	-------------------

8.2.23 - Dívidas de e ao pessoal

O valor das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia é o seguinte:

Designação	2013
Outras operações com os membros dos grupos autárquicos - Senhas de presença	4.601,56
Outras operações com o pessoal	3.113,78
TOTAL	7.715,34

O valor em apreço diz respeito a senhas de presença devidas aos Srs. Membros da Assembleia Municipal e a um processo respeitante à devolução de descontos da CGA, para posterior entrega à segurança social.

Aguarda-se, e após pedido de informações e esclarecimentos à segurança social, sobre a forma de proceder à entrega dos respetivos descontos, não foi dado até ao momento qualquer esclarecimento por parte dos organismos competentes.

Os débitos ao pessoal respeitantes a férias e subsídio de férias de 2013 devidos para pagamento em 2014, no montante de 416.100,16 euros, encontram-se apresentados em balanço na rubrica de acréscimos e diferimentos.

8.2.25 - Dívidas ao Estado em situação de mora

Não existem dívidas ao Estado ou qualquer outro ente público em situação de mora. O valor constante no balanço, diz respeito a descontos e retenções efetuados, cujo prazo de pagamento ainda não estava vencido.

8.2.9 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e caucões prestadas

Garantias e caucões prestadas por terceiros

Código e designação das contas	Saldo da gerência anterior		Movimento anual		Saldo para a gerência seguinte	
	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor
Garantias e caucões		901.500,76	273.441,71	313.875,36		861.067,11
Total	0,00	901.500,76	273.441,71	313.875,36	0,00	861.067,11

Desagregação das garantias e caucões prestadas ao município:

Empreitadas - 796.174,36

Outros credores:

Caucões de água - 58.732,75

Caucão central de camionagem - 75,00

Caucão mercado municipal - 677,50

Outras caucões prestadas (1) - 5.407,50

(1) Operações de loteamento (Processo n.º 131/07) e piscinas municipais.

Garantias e cauções prestadas a terceiros

Encontram-se depositados à ordem do Tribunal Judicial de Valpaços, a quantia de 2.744,10 euros como garantia de processos de expropriação.

Descrição	Valor
Regeneração e revitalização do centro antigo da cidade de Valpaços:	
Parcela n.º 6	1.251,48
Parcela n.º 15	1.492,62
<hr/>	
TOTAL 2.744,10	

Presta o município de Valpaços, a título de garantias bancárias emitida pelo Banco BPI e pela CGD no valor de 7.156,80 euros e 25.195,10 euros, respetivamente, no âmbito de processos de expropriações.

Processos de expropriação	Valor
Garantias prestadas pelo BPI:	
Regeneração e revitalização do centro antigo de Valpaços - Parcela 1	2.862,72
Regeneração e revitalização do centro antigo de Valpaços - Parcela 2	954,24
Regeneração e revitalização do centro antigo de Valpaços - Parcela 3	1.669,92
Regeneração e revitalização do centro antigo de Valpaços - Parcela 4	1.669,92
Garantias prestadas pela CGD:	
Regeneração e revitalização do centro antigo de Valpaços - Parcela 6	8.771,10
Regeneração e revitalização do centro antigo de Valpaços- Parcela 15	16.424,00
<hr/>	
TOTAL 32.351,90	

8.2.27 - Movimentos de Provisões/Ajustamentos

Código e designação das contas		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria				
291	Provisões para cobrança duvidosa	136.220,51	42.966,16		179.186,67
292	Provisões para riscos e encargos	234.221,69	160.194,47	131.671,99	262.744,17
39	Provisões para depreciação de existências				
49	Provisões para investimentos financeiros				

Foram constituídas provisões para riscos e encargos, decorrentes de processos litigiosos que contra o município de

Município de Valpaços
Relatório e contas - Ano 2013

Valpaços incorrem, nomeadamente em expropriações de terrenos e juros devidos no âmbito de créditos em mora.

PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO EM 31/12/2013

ANO	PROCESSO	VALOR				DECISÃO JUDICIAL
		PROVISÃO				
		ANO 2012	REFORÇO	DIMINUIÇÃO	ANO 2013	
2008	147/08.5 BEMDL	79.559,70			79.559,70	SIM
2009	307/09.1 BEMDL	22.990,00	7.000,00		29.990,00	NÃO
2013	255/13.0BEMDL	0,00	59.389,00		59.389,00	NÃO
2013	391/13.3BEMDL	0,00	93.805,47		93.805,47	NÃO
TOTAL		102.549,70	160.194,47	0,00	262.744,17	

Relativamente às provisões para cobrança duvidosa já foi dada a devida nota no ponto 8.2.22

8.2.28 - Movimentos ocorridos na rubrica dos «Fundos Patrimoniais»

Código das Contas	Fundos Próprios e Passivo	Períodos			
		2012	Aumentos	Diminuições	2013
	Fundos próprios:				
51	Património	143.045.251,13			143.045.251,13
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		1.704.622,84	4.378,29	1.700.244,55
571	Reservas legais	1.148.592,68			1.148.592,68
575	Subsídios	279.751,86			279.751,86
576	Doações	6.500,00	1.326.660,56	104.739,63	1.228.420,93
59	Resultados transitados	-60.958.468,87	-1.561.571,42		-62.520.040,29
88	Resultado Líquido do exercício	-1.561.571,42	-1.200.033,80	-1.561.571,42	-1.200.033,80
		81.960.055,38	269.678,18	-1.452.453,50	83.682.187,06

As doações resultam da alienação a título gratuito das participadas pela empresa local «EHATB», que no âmbito da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto foram atribuídas aos acionistas da EHATB (Os seis municípios do Alto Tâmega).

Relativamente aos ajustamentos de partes de capital em empresas, os mesmos resultam da aplicação do método de equivalência patrimonial, utilizado pelo município na valorimetria das participadas.

8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	397,00	436.152,37
Compras	3.305,55	385.560,61
Regularizações de existências	0,00	0,00
Existências finais	531,05	395.243,97
Custos do exercício	3.171,50	426.469,01

As mercadorias são constituídas por livros e documentação técnica que se encontram à venda no departamento de urbanismo e ambiente.

As matérias-primas são constituídas essencialmente por materiais de construção civil, necessários às reparações e execução de pequenas obras por administração direta.

8.2.31 - Demonstração dos resultados financeiros

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2013	2012		2013	2012
681 - Juros suportados	329.666,69	274.198,77	781 - Juros obtidos	16.893,84	19.051,81
682 - Perdas em entidades participadas	6.168,13		782 - Ganhos em entidades participadas	393.065,62	
683 - Amortizações de investimentos em imóveis			783 - Rendimentos de imóveis	1.046.924,51	858.450,16
684 - Provisões para aplicações financeiras			784 - Rendimentos de particip. de capital	11.098,21	158.252,26
685 - Diferenças de câmbio desfavoráveis			785 - Diferenças de câmbio favoráveis		
687 - Perdas na alienação de apli. de tesouraria			786 - Desc. de pronto pagamento obtidos		
688 - Outros custos e perdas financeiros	2.056,83	1.281,29	787 - Ganhos na alienação aplic. tesouraria		
Resultados financeiros	1.130.090,53	760.274,17	788 - Outros prov. E ganhos financeiros		
Total...	1.467.982,18	1.035.754,23	Total...	1.467.982,18	1.035.754,23

8.2.32 - Demonstração dos resultados extraordinários

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2013	2012		2013	2012
691- Transferências de capital concedidas	602.364,93	772.533,92	791 - Restituição de impostos		
692 - Dívidas incobráveis			792 - Recuperação de dívidas		
693 - Perdas em existências			793 - Ganhos em existências		2.438,92
694 - Perdas em imobilizações	16.992,41	3.591,43	794 - Ganhos em imobilizações	119.383,88	14.597,48
695 - Multas e penalidades		18,80	795 - Benefícios penal. contratuais	2.069,71	1.268,69
696 - Aumentos de amortizações e provisões	203.160,63	44.352,83	796 - Reduções amort. Provisões	131.671,99	
697 - Correções rel. Exerc. Anteriores	403.249,01	64.016,98	797 - Correções rel. Exerc. Anteriores	12.180,02	4.113,60
698 - Outros custos e perdas extraordinárias	17.039,01	9.431,41	798 - Outros prov. Ganhos extraordinários	820.131,05	616.381,35
Resultados extraordinários	-157.369,34	255.145,33			
Total...	1.085.436,65	638.800,04	Total...	1.085.436,65	638.800,04

8.2.33 - Outras informações relevantes sobre as demonstrações financeiras

Acréscimos e diferimentos

Com base no princípio contabilístico da especialização (ou do acréscimo), os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.

Decomposição dos saldos evidenciados no balanço em 31 de Dezembro:

Acréscimo de proveitos

DESCRIÇÃO	VALOR
APROVEITAMENTO HIDROELÉTRICO DO RIO ALVADIA	68.599,20
PARQUE EÓLICO DA COUTADA	42.977,91
TRANSPORTES ESCOLARES	8.511,87
ALUGUER PAVILHÃO DESPORTIVO	346,83
GABINETE TÉCNICO FLORESTAL	16.820,72
SERVIÇOS SOCIAIS - INFANTÁRIOS	1.676,72
MERCADOS E FEIRAS	2.553,52
CENTRAL DE CAMIONAGEM	63,84
INDEMNIZAÇÃO ACIDENTE DE TRABALHO	572,71
FORNECIMENTO DE ENERGIA	192,20
REFEIÇÕES ESCOLARES	1.242,50
AEC'S, CAF E REFEIÇÕES ESCOLARES	108.013,11
JUROS COMPENSATÓRIOS	59,74
JUROS DE MORA	814,96
IMPOSTOS-DEZEMBRO	11.990,82
IMPOSTOS-DEZEMBRO	9.799,91
IMPOSTOS-DEZEMBRO	27.454,16
JUROS CREDORES D/O	53,84
JUROS CREDORES D/PRAZO	10.587,70
TARIFA DISPONIBILIDADE-DEZEMBRO	29.567,52
TARIFA RECOLHA LIXO-DEZEMBRO	16.790,50
TAXA DE CONSERVAÇÃO SANEAMENTO-DEZEMBRO	25.160,85
VENDA DE ÁGUA-DEZEMBRO	28.015,43
TOTAL	411.866,56

Custos diferidos

Quanto aos Custos diferidos, constata-se que os mesmos resultam de montantes que efetivamente dizem respeito a períodos posteriores, muito embora a despesa tenha ocorrido nesta gerência.

Município de Valpaços
Relatório e contas - Ano 2013

Natureza	Valor
Juros - Resat	32.679,90
Juros leasing	275,02
Seguros diversos	26.281,12
Seguros acidentes de trabalho	4.884,85
TOTAL	64.120,89

Acréscimos de Custos

Natureza	Valor
Imposto sobre o rendimento IRC retido	2.660,38
Contribuições - Caixa Geral de Aposentações	27.680,19
Contribuições - Segurança Social	13.789,14
ADSE	2.696,63
Quotas	506,25
Juros pagos em 2014 cujo custo diz respeito a 2013	11.283,16
Transportes escolares	1.971,96
Publicidade	369,00
Comunicações	2.088,02
Outros fornecimentos e serviços externos	117,06
Outros fornecimentos e serviços externos	4.157,29
Senhas assembleia municipal	6.936,68
Honorários	2.250,00
Taxas outras	950,58
Eletricidade - Estação elevatória	7.346,87
Eletricidade - Instalações	9.886,88
Eletricidade - Iluminação pública	30.742,72
Impostos mês de Dezembro	1.232,62
Gás	1.913,66
Trabalhos especializados	191,57
Serviços de segurança e vigilância - GNR	164,16
Serviços bancários	10,42
Artigos para oferta	938,10
TOTAL	129.883,34

Proveitos diferidos

No que concerne a Proveitos Diferidos, é justificado pelo registo de transferências de investimentos provenientes, nomeadamente dos fundos comunitários e protocolos celebrados.

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Anulação	Saldo Final
Fundos e Serviços autónomos	160.563,02	0,00	4.444,13	156.118,89
Cooperação Técnica e Financeira	535.314,72	0,00	6.783,30	528.531,42
FEDER	19.323.195,57	1.237.803,20	1.008.839,36	19.552.159,41
Total	20.019.073,31	1.237.803,20	1.020.066,79	20.236.809,72

Passivos contingentes

O município não reconhece no seu balanço, por se considerar um passivo contingente, relacionado com as «Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.», um conjunto de 4 faturas, que perfazem o montante de 1.905.930,07 euros.

Os referidos créditos estão relacionados com consumos mínimos de água e tratamento de efluentes impostos pelas Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., no âmbito de um contrato de concessão outorgado entre diversos municípios, entre os quais o município de Valpaços, e as Águas de Portugal.

O município de Valpaços por não se rever na obrigação de consumir mínimos impostos, rejeita a aceitação da referida dívida.

O processo encontra-se no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela a aguardar decisão.

Indicadores do Balanço

Indicadores do Balanço	2013
Estrutura do Ativo	
Ativo fixo/ Ativo Total	66,84%
Ativo circulante/ Ativo Total	2,32%
Estrutura do Passivo	
Passivo longo prazo / Passivo total	23,85%
Passivo curto prazo / Passivo total	10,04%
Passivo longo prazo / Passivo curto prazo	237,62%
Estrutura do equilíbrio financeiro	
Endividamento = Capitais alheios / Fundos próprios	12,89%
Endividamento a longo prazo = Capitais alheios de longo prazo / Fundos próprios	9,07%
Liquidez geral = Ativo circulante / passivo a curto prazo	83,95%
Liquidez imediata = Disponibilidades / Exigível a curto prazo	54,77%

Embora estes indicadores sejam usualmente utilizados como determinantes para apreciação da capacidade de endividamento e possam ser sinais da forma como evolui a situação financeira da autarquia, não podem efetivamente ser lidos como medida da

capacidade de endividamento da autarquia. Os recursos próprios da autarquia dificilmente serão garantia de endividamento perante terceiros, pois os bens que sustentam não podem, em grande parte, ser hipotecados nem alienados, visto tratar-se de bens de domínio público ou bens privados do município necessários à prestação de utilidades públicas.

O ativo fixo continua a ser representativo em relação ao total do ativo e o passivo de curto prazo representa 10,04% do total do passivo.